



PESSOAS e LUGARES

Forte esperança no futuro do LEADER

O Desenvolvimento
do Mundo Rural
tem condições
para continuar.

p.11

Fundamental para a sustentabilidade dos territórios

Após atraso inicial, LEADER
recupera tempo perdido.

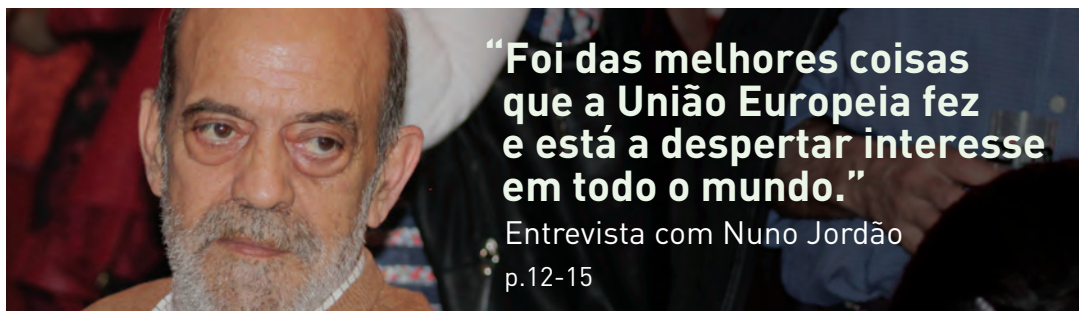
p.21



Vinte anos LEADER O que mudou no Mundo Rural

Vinte anos do LEADER

O balanço com os protagonistas. p.16-18



“Foi das melhores coisas
que a União Europeia fez
e está a despertar interesse
em todo o mundo.”

Entrevista com Nuno Jordão
p.12-15

Comunicação para o desenvolvimento

Quando se celebram 20 anos do LEADER, relançamos o PESSOAS E LUGARES. Trata-se de uma publicação com uma história longa e recheada, que agora surge renovada, em prol do Desenvolvimento Rural.

É com uma grande satisfação que voltamos a ter um projeto editorial e de comunicação em torno do LEADER que se traduz no regresso do PESSOAS E LUGARES, uma publicação lançada no âmbito das atividades da Célula de Animação do LEADER II em 1999 e da responsabilidade da INDE.

Esta publicação fez história e contou histórias de pessoas, lugares, iniciativas, ideias e projetos.

Um acordo com a INDE deu-nos a oportunidade de continuar com o PESSOAS E LUGARES. Trata-se de um desafio e de um estímulo para quem trabalha com o LEADER, considerando a qualidade com que foi produzida e o impacto que esta publicação teve junto de diversos públicos.

Queremos apresentar o PESSOAS E LUGARES de cara lavada, com novas rubricas e novas colaborações, mas com o mesmo espírito: partilhar boas práticas, reflexão e trabalho em rede sobre o Desenvolvimento Rural. Este jornal não surge isoladamente, é parte integrante de um projeto chamado Comunicação para o Desenvolvimento Territorial, financiado pelo Programa da Rede Rural Nacional. Contém, assim, a perspetiva de que a comunicação é uma ferramenta útil ao Desenvolvimento, e é esse o compromisso que assumimos com os nossos leitores.

Relançamos o PESSOAS E LUGARES num momento determinante para a Europa. A crise dos países periféricos, incluindo Portugal, confrontou a União Europeia com aquele que é, talvez, o momento mais difícil desde a sua constituição. Trata-se de um duro teste à união e solidariedade dos Estados-Membros, não estando só em jogo o futuro dos países periféricos, mas de toda a Europa.

Do mesmo modo, podemos olhar para os territórios rurais. Sendo a maioria destes caracterizados por um frágil equilíbrio económico e social (e, muitas vezes, também ambiental), a forma como a Europa tratar estes territórios e as suas populações será reveladora

do compromisso da União Europeia com a coesão social e territorial. Não se trata de um problema das populações rurais, mas de todos os cidadãos europeus, numa Europa de todos.

É neste sentido que a proposta de orçamento para a PAC pós-2013, que a Comissão Europeia recentemente anunciou, tem sido recebida com grande apreensão. Importava reforçar o Desenvolvimento Rural, não só como medida da mais razoável justiça social, mas também por, como a própria Comissão reconhece, ser necessário libertar o potencial contido nos territórios rurais para que a Europa consiga concretizar a sua Agenda 2020.

Em breve serão iniciadas as negociações entre o Parlamento Europeu, a Comissão e os Estados-Membros. Esperemos que desse processo resulte o reforço do LEADER, que nos últimos 20 anos provou a sua eficácia no desenvolvimento das zonas rurais e que agora responde ao desafio de construir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo nos territórios europeus.

Neste momento sensível para o Desenvolvimento Rural, decidimos dedicar este primeiro número (da terceira série) ao LEADER, que celebra agora 20 anos de existência. Não o fazemos apenas por isso, mas por ter provas dadas como a metodologia de intervenção que melhores resultados revelou na promoção do Desenvolvimento Rural.



Regina Lopes
Diretora

Lançado em 1999, no âmbito das atividades da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, pela INDE, o PESSOAS E LUGARES, contou com 26 números editados na primeira série que terminou em dezembro de 2001. A segunda série iniciou-se em agosto de 2002, no quadro da Rede Portuguesa LEADER+, numa parceria entre a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e a INDE e contou já com a Federação MINHA TERRA como membro permanente do Conselho Editorial. Publicaram-se 54 números até 2008.

PESSOAS E LUGARES

N.º 01 . Julho 2011 . Terceira série

Propriedade

Federação MINHA TERRA

Diretora

Regina Lopes

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), PRRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar, Álvaro Góis)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Rita Reis (Empower), Teresa Nogueira (Empower)

Colaboraram neste número

Fátima Amorim, Gabriela Ventura, Manuela Azevedo e Silva, Petri Rinne

Fotografias

AD ELO, ADRIMAG, Artefumo, Arte da Terra, Fátima Jordão, Ilídio Mesquita, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos, Quinta do Freixo, Raia Histórica

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.


minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



Programa do Governo para a Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território

“Mudança de paradigma” é ideia-chave do Executivo

Criado o superministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território pelo novo governo português, os objetivos do executivo para a pasta assumida por Assunção Cristas passam por uma “mudança de paradigma”, que permita ter uma visão integrada do território e recursos naturais com a promoção de um desenvolvimento sustentável que aumente o potencial produtivo agrícola e dinamize o . Isto, aliado à proteção e valorização do meio ambiente.

De acordo com o Programa do Governo liderado por Pedro Passos Coelho, esta é a fórmula para que o país encontre “eixos sólidos para o crescimento”. O documento, já aprovado pelo Parlamento, elenca uma série de objetivos estratégicos para cada uma das áreas do Ministério de Assunção Cristas.

No seu programa, o Governo compromete-se a assegurar a comparticipação nacional necessária para concluir o PRODER, cofinanciado pela UE até 2015, bem como a proceder a uma revisão rápida do PRODER em colaboração com a Comissão Europeia, “simplificando-o e reorientando-o para o aumento e melhoria da

produção agrícola e florestal, com base nos critérios de valoração relativa dos projetos, privilegiando a viabilização e não exclusivamente a competitividade, tendo em conta a diversidade regional e alterando o procedimento de apresentação dos projetos, que passará a receção tendencialmente contínua e deixará de ser por períodos fechados”.

Na Agricultura é estabelecida a prioridade de aumentar a produção nacional. Com isto o Governo pretende contribuir para a autossuficiência alimentar, medida em termos de valor, aumentar o rendimento dos agricultores – que considera ser condição essencial para a atração de jovens para a agricultura e fator crucial para obter transformações rápidas e duráveis neste setor. O Governo propõe-se ainda garantir transparência nas relações de produção-transformação-distribuição da cadeia alimentar, promover a criação e dinamização de mercados de proximidade e valorizar a inovação, o dinamismo e o conhecimento.

Para o setor das Florestas, o executivo estabeleceu como prioridade “a quebra dos ciclos viciosos” a nível de fracionamento, gestão, incêndios e doenças. Tornar a floresta um setor

potenciador de riqueza, de biodiversidade, de equilíbrio ambiental e de um bom ordenamento do território é outro objetivo delineado para o setor.

Desenvolver um território sustentável, resolver os problemas ambientais de primeira geração (água, saneamento, resíduos e contaminação dos solos), implementar a nova geração de políticas ambientais europeias (assentes na internalização dos custos ambientais na economia), respondendo aos desafios emergentes e desenvolver uma nova carteira de atividades económicas baseadas nasecoinovações e nas tecnologias limpas são os objetivos propostos para a área do Ambiente

Para o Ordenamento do Território foram definidos quatro eixos prioritários, através dos quais o Governo se propõe promover um território: inteligente, atualizando as políticas de urbanismo e ordenamento do território; facilitador da mobilidade social, atualizando os regimes de arrendamento e de reabilitação urbana; competitivo, através de políticas para a maior competitividade e o maior bem-estar; e promover a justiça e a competitividade associadas ao território.

- superministério passa a tutelar Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território
- a nova ministra, Assunção Cristas, nascida em 1974, é Doutorada em Direito Privado
- ministério conta com quatro secretarias de estado: Agricultura; Florestas e Desenvolvimento Rural; Mar; Ambiente e Ordenamento do Território

Daniel Campelo é o novo Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

O conhecido ex-autarca de Ponte de Lima, Daniel Campelo, é o novo Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural.

Engenheiro Agrónomo de profissão, Daniel Campelo foi Presidente de Câmara entre 1994 e 2009, tendo sido eleito três vezes nas listas do CDS e uma vez como independente.

O exercício deste cargo foi apenas interrompido entre 1999 e 2002, quando assumiu o cargo de deputado à Assembleia da República. Nesta função, ficou conhecido pela aprovação de dois orçamentos do Governo de António Guterres, negociando como contrapartida investimentos públicos destinados a melhorar a economia e a qualidade de vida no distrito de Viana do Castelo, círculo pelo qual tinha sido eleito.

Daniel Campelo assume agora uma pasta fundamental no grande Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, pois será responsável pelo Desenvolvimento Rural, setor estratégico para, de acordo com a Comissão Europeia, libertar o potencial local e alcançar os Objetivos 2020 da União Europeia.



Diminuição dos fundos para o Desenvolvimento Rural preocupa ELARD

Em reação à proposta de orçamento para o Desenvolvimento Rural, publicada em finais de junho pela Comissão Europeia para o período 2014-2020, a European LEADER Association for Rural Development (ELARD) manifesta-se preocupada face à diminuição notória de fundos para as regiões rurais. O fundo proposto para o período de 2014-2020, é de 89,9 mil milhões de euros, menor do que o existente para o período de 2007-2013.

A ELARD recorda que tanto a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) como diversos Estados-Membros têm criticado a recusa da Comissão Europeia em abandonar o velho paradigma da política rural. Este paradigma olha para o campo apenas pelo prisma da agricultura, o que é francamente limitador. Reconhecendo que a agricultura continua a ser um dos pilares da economia rural, sendo fundamental a manutenção da produção em toda a União Europeia, a ELARD acredita que, ao mesmo tempo, se deve trabalhar no sentido da diversificação da economia rural, através de medidas de desenvolvimento integrado, geralmente mais criadoras de emprego do que a agricultura.

Para esta associação europeia, a reforma da PAC deverá contemplar o reforço da metodologia LEADER, com um aumento das verbas que lhe estão agora consignadas. Desde logo porque o LEADER, que implementa o que a OCDE define como o novo paradigma de política rural, corresponde ao objetivo global da reforma da PAC, ao tornar o público-alvo num universo mais amplo do que o que é atualmente abrangido pela PAC.

Mas também porque, durante os seus 20 anos de história, o LEADER tem demonstrado a sua eficiência como metodologia de desenvolvimento, que é comprovada, entre outros, pelos seus relatórios de avaliação e por vários estudos da OCDE.

Proposta de congelamento do orçamento global equivale a corte de 10%

Comissão Europeia aponta para redução do orçamento da PAC

No final do mês de junho, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e o Comissário do Orçamento, Janusz Lewandowski, apresentaram a proposta da Comissão Europeia para o novo quadro financeiro da Política Agrícola Comum (PAC), para vigorar entre 2014 e 2020.

Apesar de esta proposta ainda ter de ser negociada com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, condiciona desde já essa discussão, pois é em torno da proposta que a discussão será estruturada.

Na proposta de orçamento, a Comissão sugere o congelamento do orçamento global da PAC a valores de 2013. Isso corresponderá, na prática e pelo simples efeito da inflação, a uma redução real das verbas da ordem dos 10%. Apesar de a Comissão prever uma taxa de inflação de 2%, tratando-se de

um período longo, sete anos, o efeito na desvalorização da moeda torna-se significativo.

No que respeita ao Desenvolvimento Rural, o panorama parece ser semelhante, verificando-se uma redução de 97,8 para 89,9 mil milhões de euros de dotação orçamental.

A Comissão propõe o congelamento da PAC a valores de 2013 e uma redução de 97,8 para 89,9 mil milhões de euros de dotação orçamental para o Desenvolvimento Rural

A concretizar-se este corte, haverá certamente repercussões negativas ao nível do Desenvolvimento Rural, penalizando as regiões e populações que se encontram em situação de maior fragilidade.

Vários eurodeputados portugueses expressaram já a sua discordância e, até, indignação com a proposta, salientando que o Parlamento Europeu tem defendido a manutenção do orçamento da PAC ao nível de 2013, mas que isso não significa um congelamento dos valores nominais, pois essa representa uma redução em termos reais.

Os próximos tempos serão cruciais para se conhecer o desenlace deste processo, devendo os Estados-Membros acabarem por ser o fiel da balança neste desacordo entre as instituições europeias.

WWF escreve a Durão Barroso preocupada com o Desenvolvimento Rural



A organização ecologista World Wildlife Fund for

Nature (WWF) enviou uma carta ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, exprimindo a sua preocupação com a reforma da PAC.

Assinada por 16 CEO europeus da WWF, a carta revela a preocupação desta organização com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) após 2013, defendendo que as verbas destinadas a medidas para o Desenvolvimento Rural não só sejam mantidas, mas aumentadas.

A WWF considera que a diminuição dessas verbas representará um retrocesso de 30 anos nas políticas agrícolas, pondo em risco os frágeis equilíbrios sociais, económicos e ambientais que existem nas zonas rurais europeias.



Parlamento Europeu defende reforma da PAC mais justa

Numa resolução aprovada no passado dia 22 de junho, sob proposta dos eurodeputados Luís Capoulas Santos e Luís Paulo Alves, e apoiada pelos restantes eurodeputados portugueses, o Parlamento Europeu (PE) defende uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC) mais justa entre países e agricultores.

Esta resolução pretende influenciar as propostas legislativas que a Comissão Europeia irá apresentar no outono e que terão de ser negociadas entre a Comissão, o PE e os 27 Estados-Membros.

A proposta do PE visa uma redistribuição mais equilibrada dos meios financeiros entre os países e um sistema de ajudas diretas aos agricultores baseado em critérios ambientais e sociais. Defende também uma PAC mais forte, dotada de recur-

sos, e uma distribuição justa desses mesmos recursos, destinados ao primeiro e segundo pilares (relativos às ajudas diretas e ao desenvolvimento rural).

O PE propõe ainda que cada país receba uma percentagem mínima do valor médio dos pagamentos diretos e que seja também instituído um valor máximo. Para tal, o PE pretende que a Comissão Europeia pondere a introdução de um sistema degressivo dos pagamentos diretos em função da dimensão das explorações agrícolas e que tenha em conta os critérios de emprego e de práticas sustentáveis.

O PE sustenta ainda que o novo sistema de ajudas diretas aos agricultores deve ser desligado da produção e baseado em critérios de natureza ambiental e social.

União Europeia: Presidência polaca da UE discute reforma da PAC

No dia 1 de julho, a Polónia assumiu a Presidência da União Europeia (UE). Juntamente com Dinamarca e Chipre, que se seguirão na presidência da UE, irá acompanhar as propostas legislativas da Comissão Europeia sobre a Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2014-2020.

A presidência polaca pretende obter um acordo sobre um novo sistema de ajudas diretas, baseado em critérios objetivos e não históricos, bem como um segundo pilar forte (em que se enquadra o LEADER), para manter a sua política de coesão.

O LEADER, aliás, merece uma atenção particular, destacando-se a abertura na sua discussão. Entre 3 e 5 de outubro, o governo polaco, em colaboração com a ELARD, promove em Koszecin uma importante conferência inter-

A presidência polaca pretende obter um acordo sobre um novo sistema de ajudas diretas, baseado em critérios objetivos e não históricos

nacional dedicada exatamente ao LEADER pós-2013.

Com o título “a Abordagem LEADER pós-2013 e os novos desafios para o desenvolvimento dos territórios rurais da Europa”, a conferência reunirá especialistas de diferentes países e instituições que lidam com o LEADER. O evento constitui uma oportunidade para

a troca de experiências na implementação da metodologia, bem como para o debate sobre os desafios futuros para os territórios rurais dos Estados-Membros da União Europeia.

Em Koszecin, líderes europeus, membros dos Grupos de Ação Local, de Federações e diversas instituições irão resumir os resultados da execução da Abordagem LEADER na UE: modelos, lições aprendidas, boas e más práticas. Irão também preparar recomendações concretas sobre as formas como a Abordagem LEADER pode contribuir para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo da Europa, e formular sugestões específicas de um modelo para a implementação da Abordagem LEADER no contexto da preparação do quadro legislativo para o período de programação 2014-2020.

Federação MINHA TERRA alerta

Dotação do PRODER é insuficiente

Em entrevista à Agência Lusa, Regina Lopes, Presidente da MINHA TERRA – Federação de Associações de Desenvolvimento Local, alertou que os 103 milhões de euros destinados ao quadro de apoio ao desenvolvimento rural PRODER podem ser insuficientes para executar o programa deste ano. Tal facto pode vir a trazer até constrangimentos que poderão colocar em causa alguns projetos, devido ao decréscimo de 37 milhões de euros relativamente a 2010.

“Há uma consciência na gestão do PRODER de que a

verba é insuficiente para executar o programa deste ano. Temos agora de sensibilizar o novo elenco governativo”, declarou Regina Lopes à Lusa.

A responsável assinalou que “os 103 milhões que estão este ano inscritos, e que o atual governo manteve no PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) sem os colocar em perigo, seriam recuperados na receita fiscal” que o programa gera.

Regina Lopes frisou que “não há razão para que não se aposte seriamente nas linhas

de trabalho que estão consignadas no PRODER”, que se estende até 2013.

A presidente da MINHA TERRA considerou ainda que “o programa de governo peca por pouca observação e referência ao desenvolvimento rural, não olhando para os territórios de uma forma integrada”.

A preocupação da Federação, disse, “é ir muito além da simples injeção de fundos nos territórios”, pois, acentuou, “não basta financiar uma empresa ou um agricultor, há muito trabalho a montante e a jusante que tem de ser feito”.



Comissário Europeu visita projetos LEADER no Alto Tâmega

O Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș, visitou a zona de intervenção da ADRAT, em Vidago, escolhida pelo seu conceito inovador de promoção e articulação dos produtos da região, apoiado pelo programa comunitário LEADER. Durante a visita, as organizações de agricultores e produtores transmontanos apontaram dificuldades de comercialização e excesso de burocracia no acesso a programas comunitários, tendo o alto responsável europeu assegurado que a reforma da PAC vai facilitar a vida aos pequenos agricultores.

A visita começou na Casa de Souto Velho (em Vidago), integrada na Rede de Tabernas do Alto Tâmega. Financiado pelo programa comunitário LEADER+, este projeto foi escolhido por ser um novo conceito de restauração, que garante a confeção de pratos típicos regionais.

Além do Comissário Europeu destacavam-se na comitiva o cessante Ministro da Agricultura António Serrano, o Diretor da DG AGRI, José Manuel Sousa Uva, o

Organizações de agricultores e produtores transmontanos apontaram dificuldades de comercialização e excesso de burocracia no acesso a programas comunitários

Deputado Europeu Capoulas Santos e o Diretor Regional de Agricultura do Norte, António Ramalho, entre outros elementos ligados ao desenvolvimento do Mundo Rural.

António Serrano, explicou que o Comissário Europeu solicitou uma ida ao Norte transmontano para ver projetos de desenvolvimento rural e pequena agricultura num momento em que se discute a reforma da Política Agrícola Comum, sabendo-se que novas propostas legislativas serão aprovadas na segunda metade de 2012.

Novo Focus Group sobre Melhores Estratégias de Desenvolvimento Local



A Comissão Europeia (DG AGRI) propôs a criação de um Focus Group sobre Conceção e Implementação de Estratégias Locais de Desenvolvimento, no quadro das atividades da Rede Europeia de Desenvolvimento Rural.

Este Focus Group vai ser coordenado pela ELARD (European LEADER Association for Rural Development), em colaboração com as Redes Rurais Nacionais portuguesa e finlandesa.

São membros deste Focus Group, como representantes de Portugal, Luís Chaves da Federação MINHA TERRA

<http://enrd.ec.europa.eu/>

e José Veiga da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo.

Considerando que as Estratégias de Desenvolvimento Local são centrais para a implementação da Abordagem LEADER, propõe-se que o grupo sistematize e avalie as estratégias desenvolvidas nos anteriores quadros comunitários e que, com base nesse conhecimento e experiência, proponha uma metodologia que contribua para que os Grupos de Ação Local (GAL), no próximo período de programação, possam elaborar Estratégias Locais de Desenvolvimento mais adequadas ao desenvolvimento dos seus territórios.

Consciente do importante contributo que a abordagem

LEADER tem dado para o desenvolvimento dos territórios rurais e que o atual contexto económico e social coloca novos desafios a todos os agentes de desenvolvimento rural, exigindo intervenções mais qualificadas, a Rede Rural Nacional mostra-se empenhada em colaborar com todos os GAL interessados em desenvolver um trabalho que possibilite aprofundar e enriquecer a experiência adquirida ao longo das duas últimas décadas de implementação de programas LEADER.

A próxima reunião deste Focus Group está agendada para a última quinzena de outubro, e irá realizar-se em Portugal.

LEADER e Cooperação para o Desenvolvimento

O *workshop* organizado pela MINHA TERRA, com a colaboração da Rede Rural Nacional (RRN), juntou 30 Grupos de Ação Local (GAL) do Subprograma 3 do PRODER, em Santarém, dia 6 de junho.

Os trabalhos contemplaram duas grandes intervenções – uma na perspetiva do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), outra no âmbito do LEADER, pelo MONTE ACE/GAL do Alentejo Central – e a apresentação de vários projetos dos GAL

A cooperação é uma oportunidade excelente para o trabalho de consolidação das ADL e dos territórios

aprovados com os PALOP e outros países do Sul, seguida de um animado debate.

Do encontro saíram reforçadas duas ideias principais: sem cooperação não há

desenvolvimento; a cooperação é uma oportunidade excelente para o trabalho de consolidação das ADL e dos territórios.

Preparar o futuro requer um exercício de reflexão sobre as particularidades que marcam a cooperação, que se pretende ver passar de um quadro marcadamente assistencialista para um quadro de cooperação horizontal e abrangente, mobilizadora de novos comportamentos e atitudes.



Rede Europeia de Desenvolvimento Rural divulga Projetos Inovadores ou Relevantes

A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural (REDR) está a desenvolver uma base de dados, denominada PIKSE-RDP Projects Database, que visa reunir informação de todos os Estados-Membros no que respeita a projetos relevantes ou inovadores financiados pelo FEADER, no período de Programação de 2007-2013, ao nível dos seus quatro Eixos.

Esta base de dados, promovida em colaboração com as Redes Rurais Nacionais, pretende divulgar a forma de aplicação dos fundos do FEADER e os projetos que estão a ser desenvolvidos nos territórios rurais nos diferentes Estados-Membros, possibilitando a transferência de conhecimentos e de boas práticas.

A Rede Rural Nacional (estrutura central e pontos focais), em colaboração com o PRODER e com os promotores das iniciativas, recolheu informação sobre 22 projetos financiados pelo FEADER considerados relevantes ou inovadores, distribuídos pelo território nacional e abrangendo os quatro eixos do PRODER.

A base de dados comunitária PIKSE encontra-se **disponível no sítio** da REDR, estando atualmente acessíveis três projetos portugueses: “PROVE – Promover e Vender”, desenvolvido pela ADREPES; “Mais e Melhor SMAD – Serviço Móvel de Apoio Doméstico”, promovido por uma IPSS do concelho de Penafiel; e “Instalação de Redes Wireless para acesso à Internet em meio rural nos Açores”, iniciativa da Câmara de Ribeira Grande na Ilha de S. Miguel.

<http://www.prove.com.pt/>

<http://enrd.ec.europa.eu/>

PROVE distinguido como Projeto do Mês

A Rede Europeia de Desenvolvimento Rural distinguiu o PROVE como Projeto do Mês (fevereiro) devido à elevada qualidade deste projeto de Cooperação Interterritorial.

Esta distinção surgiu na sequência da apresentação do PROVE no seminário “ICT and rural areas: building the knowledge society at grassroots level” sobre a

utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas áreas rurais, que decorreu no dia 10 de fevereiro, em Bruxelas, e que reuniu mais de 200 participantes ligados ao Mundo Rural de vários Estados-Membros da União Europeia.

O Projeto PROVE - Promover e Vender, é uma iniciativa que liga

produtores de fruta e legumes frescos de origem local diretamente com os **consumidores**. Tem como objetivo ajudar os produtores a promover e vender os seus produtos por um preço justo, garantindo um produto de alta qualidade para os consumidores.

Conta já com 22 núcleos estabelecidos, 60 produtores participantes, 900

consumidores, 6,5 toneladas de produtos hortícolas vendidos a cada semana, no valor de 8.200 euros. Através do PROVE, os agricultores participantes aumentam o seu rendimento médio mensal em cerca de 560 euros.

Entre 6 e 9 de setembro

Universidade de Verão em Tavira

Política, Sustentabilidade, Cidadania e Inclusão são os temas centrais da Universidade de Verão que decorre no Algarve, na cidade de Tavira, entre 6 e 9 de setembro.

Perante os crescentes sinais de mudança, é importante refletir sobre a situação nacional e internacional de modo a desenvolver soluções viáveis e

a entender os novos caminhos a percorrer pela sociedade. A perspetiva adotada para este evento tem precisamente isso em conta: partir de experiências concretas e discutir como transformar potenciais problemas em soluções equilibradas.

Entre os oradores, conta-se com a participação de Salvør Nordal,

Professora de Ética na Universidade da Islândia, que atualmente coordena um grupo de cidadãos comuns, democraticamente eleitos, que tem por missão reescrever a Constituição do país. Assim, haverá uma oportunidade de compreender os processos de reinvenção da democracia na Islândia, como caminho escolhido para enfrentar a crise naquele país.

Além da rotura islandesa com a ordem dominante e o exemplo de uma cidade inglesa que se auto-organiza no sentido de construir uma sociedade pós-petróleo, estão previstas várias mesas-redondas sobre a situação portuguesa, nomeadamente experiências de transição em meio urbano e

em meio rural. O objetivo é, cada vez mais, “fazer deste encontro um espaço de reflexão e de debate, em que os participantes são chamados a pensar e a desenhar formas de ação”. Até porque, sublinha Artur Gregório, da In Loco, este é um encontro para pessoas “inquietas”

Organizada pela Associação In Loco, juntamente com o Centro de Estudos Sociais e a Comissão de Inclusão Social e Democracia Participativa da organização mundial de Cidades e Governos Locais Unidos, esta iniciativa, que já vai na terceira edição, decorrerá na Biblioteca Municipal de Tavira.



Sete Maravilhas da Gastronomia descobrem recursos e oportunidades do País

MINHA TERRA e GAL parceiros de evento mediático

MANIFesta'11 em Montalegre

A MANIFesta – VIII Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local realizou-se entre 7 e 10 de julho em Montalegre. Como habitualmente, a organização esteve a cargo da Animar, a que se juntaram este ano a ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, a Autarquia de Montalegre e o Eco Museu de Barroso. O mote da MANIFesta foi “Mobilizar e Participar para uma Economia Sustentável”.

Na sessão de abertura, que se realizou no Pavilhão Multiusos de Montalegre, no dia 7, o Presidente da Câmara de Montalegre defendeu ser “imperioso implementar um conjunto de políticas de desenvolvimento direcionadas para a produção e o emprego, num projeto de economia sustentável”, sustentando que “no processo de desenvolvimento as pessoas são o elemento

determinante. Elas são os destinatários do desenvolvimento, mas são ao mesmo tempo os agentes que o produzem”.

No segundo dia do evento decorreu o Fórum “Novas Perspetivas do Desenvolvimento Local”, organizado pela ADRAT, em que participaram António Montalvão Machado, Coordenador da ADRAT, Luís Chaves, Coordenador da Federação Minha Terra, Ana Paula Xavier, da Associação de Turismo de Aldeia, Manuel Peres Cota, da Universidade de Vigo, e Ramiro Gonçalves, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Nesta sessão, Luís Chaves apresentou a perspetiva de harmonização dos Fundos Europeus para o Desenvolvimento Local, “na lógica de um território, uma estratégia” e da implementação do LEADER no próximo período de programação, rejeitando um

clima de pessimismo e apontando alguns desafios a que as ADL deverão responder.

No sábado, dia 9 de julho, realizou-se o Seminário “Abandono rural: que soluções”, em que foi defendida a importância de contrariar o abandono rural e lançadas algumas pistas acerca de como o fazer, nomeadamente a criação de um banco público de terras. Nesta sessão esteve presente Xosé Carballido Presas, autor do projeto galego Bantegal [www.bantegal.com], que foi constituído como empresa pública na dependência da Consellería do Medio Rural.

Para encerrar os trabalhos realizou-se, no último dia, a Assembleia MANIFesta'11 com o tema “Desafios para o Movimento do Desenvolvimento Local”, no Auditório do Pavilhão Multiusos.

Depois das 7 Maravilhas Históricas e Naturais de Portugal, a escolha para a edição de 2011 recaiu sobre as 7 Maravilhas da Gastronomia. A Federação Minha Terra é parceira científica do evento e as ADL parceiras locais, através de um projeto de cooperação.

Segundo Regina Lopes, presidente da Federação Minha Terra, “as 7 Maravilhas da Gastronomia são uma iniciativa perfeitamente alinhada com o trabalho das ADL nos territórios rurais de Portugal, o que justifica o nosso forte envolvimento nas diversas fases da iniciativa”.

A intervenção das ADL, acrescenta, pautou-se sempre pela promoção dos produtos locais, principalmente provenientes do setor primário e de pequenas unidades de transformação; pela valorização do saber-fazer associado à cultura, à história e à identidade dos territórios; e pela dinamização do potencial turístico das zonas rurais através da restauração de qualidade e

das atividades de animação. É por estes motivos que esta parceria faz sentido.

O processo para eleger as “7 Maravilhas da Gastronomia” está já na fase final. As receitas e pratos a concurso estão organizados em sete categorias (entradas, sopa, marisco, peixe, carne, caça e doces), estando já selecionados os 21 finalistas nos quais o público poderá votar.

A iniciativa culminará com a realização de um grande evento para a declaração das “7 Maravilhas da Gastronomia”, no dia 10 de setembro, transmitido pela RTP em direto a partir de Santarém.

www.7maravilhas.sapo.pt

PRODERAM

O LEADER na Região Autónoma da Madeira

Na Região Autónoma da Madeira a metodologia LEADER foi implementada logo no início dessa Iniciativa Comunitária. Atualmente é gerida através do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM), cujo Gestor é Henrique Seabra.

Tal como o PRODER (no Continente) e o PRORURAL (nos Açores), o PRODERAM é financiado através do FEADER, em coerência com as orientações estratégicas traçadas para a Região Autónoma da Madeira (RAM).

As duas Associações de Desenvolvimento Local (ADL) que realizam a gestão descentralizada do LEADER

na RAM são a ADRAMA – Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e a ACAPORAMA – Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira.

Estas ADL, que têm a particularidade de serem integralmente constituídas por Casas do Povo, têm avisos de concurso abertos em continuidade até ao final de 2011, possibilidade reivindicada por muitas ADL do Continente, onde, à luz dos regulamentos atuais, tal não é permitido.

Na ADRAMA e ACAPORAMA é possível apresentar candidaturas às Medidas do Eixo 3 do PRODERAM. Medida 3.1 Diversificação das Economias

Rurais, nas seguintes ações: Unidades de Turismo; Serviços de Natureza e outros; Serviços de Animação; Produção/Promoção de Produtos Agroalimentares; Artesanato. Medida 3.2 Serviços Básicos para a População Rural, nas seguintes ações: Intervenção integrada; Serviços de apoio à infância; Serviços de acompanhamento domiciliário a idosos e deficientes e serviços de apoio social; Novas tecnologias. Medida 3.3 Conservação e Valorização do Património Rural, nas seguintes ações: Preservação do património; Veredas e Levadas; Valorização cultural; Infraestruturas de pequena escala; Serviços de animação cultural.

A área de intervenção destas ADL é todo o território rural da região, que

abrange 81,4% da superfície. Aí reside 34,4% da população, refletindo a concentração populacional nos aglomerados urbanos, com particular incidência no Funchal.

A ADRAMA, que possui uma natureza mais rural, apresenta como tema base da sua Estratégia de Desenvolvimento Local a “Otimização da Utilização dos Recursos Ambientais e Culturais”. A ACAPORAMA, de matriz mais periurbana, tem uma estratégia cujo mote é “A Promoção e o Reforço das Componentes Organizativas e das Competências das Zonas Rurais”. Uma e outra são fundamentais para a dinamização do território e para a promoção do seu desenvolvimento integrado.

PRODER Programa de Desenvolvimento Rural (do Continente)

PRODERAM Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira

PRORURAL Programa Operacional para o Setor das Pescas

PRORURAL Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores

PRRN Programa da Rede Rural Nacional

Comités de Acompanhamento avaliam Programas de Desenvolvimento Rural e Pescas

Entre os dias 27 a 30 de junho realizaram-se os Comitês de Acompanhamento de cada um dos Programas de Desenvolvimento Rural – PRODERAM, PRODER, PRORURAL e PPRN – e do PROMAR, na área das pescas.

Os Comitês de Acompanhamento visam assegurar a eficácia e a qualidade da execução dos Programas, tendo neles assento as entidades públicas e privadas envolvidas nos programas, bem como um representante da Comissão Europeia.

A avaliação feita no Comité de Avaliação do PRODER permitiu concluir que após o atraso registado no seu início, que tanta polémica provocou, o Programa está agora a ter uma execução muito favorável, estando a recuperar a bom ritmo.

Mesmo atendendo às dificuldades económicas atuais, os territórios, os promotores de projetos e as Associações de Desenvolvimento Local (que gerem o LEADER de forma descentralizada) estão a revelar dinamismo e capacidade para executar os projetos que promovem o desenvolvimento rural.

Nesta reunião foi avançado um dado muito relevante, que todo o investimento público correspondente à parte de comparticipação nacional no PRODER é integralmente recuperado pelo Estado Português através de impostos.

No Comité de acompanhamento do PRORURAL, nos Açores, foi revelado que este Programa já viu aprovados mais de 1.000 projetos, correspondentes a um investimento de 190 milhões de euros, que representam um forte incentivo para a economia regional.

Na reunião dedicada a avaliar a situação do Programa da Rede Rural Nacional, foi

manifestada uma grande preocupação com a sua evolução, em particular por ainda não terem sido publicados os resultados do concurso que fechou em setembro do ano passado e pela ainda incipiente execução financeira, o que à semelhança do que aconteceu no ano passado, pode pôr em risco o cumprimento da regra n+2.

Já o atraso inicial no arranque do PROMAR tem tido uma franca recuperação nos dois últimos anos. No Comité de Avaliação concluiu-se que ao nível dos compromissos e dos pagamentos o programa tem vindo a aproximar-se do ritmo normal, prevendo-se que esteja garantida a sua execução ao nível do cumprimento da regra n+2 nos prazos devidos.

No âmbito da Gestão do Eixo 4 – Grupos e Ação Costeira (GAC) o comité deu especial relevância à criação da Rede Nacional de Grupos de Ação Costeira (RNGAC) que se constitui como uma rede informal que agrega os GAC nacionais. Esta rede, que pretende estabelecer a articulação entre as entidades nacionais e europeias do sector, foi assinalada como um passo muito importante para resolver os problemas transversais e melhorar a aplicação dos programas comunitários.

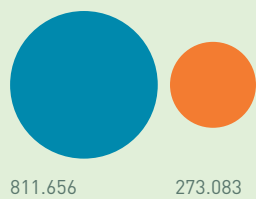
Todo o investimento público nacional nos Programas de Desenvolvimento Rural é recuperado através dos impostos

sabia que...

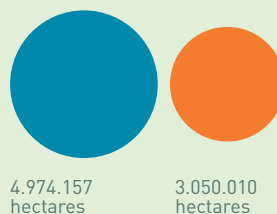
O número de explorações agrícolas e a superfície agrícola utilizada têm descido drasticamente?

ano
1968 2007

explorações agrícolas



superfície agrícola



(Fonte: INE e Pordata)

89%
dos Europeus
querem que a
União Europeia
invista em
programas
de defesa do
ambiente?

(Fonte: Eurobarómetro, Maio 2011)

884
milhões
de pessoas não
tem acesso a
água potável?

(Fonte: Unicef)



“Pai” do programa Fome Zero eleito diretor-geral da FAO

O brasileiro José Graziano da Silva foi eleito, em junho, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). O candidato brasileiro obteve 92 dos 180 votos, mais quatro que o seu principal adversário, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros espanhol Miguel Angel Moratinos.

José Graziano da Silva, que sucede no cargo ao senegalês Jacques Diouf, toma posse em 1 de janeiro de 2012. Após o anúncio dos resultados, Graziano da Silva dirigiu-se aos representantes dos países membros da agência, para frisar “a necessidade de alcançar consensos e acordos” que permitam à FAO “avançar mais rapidamente na luta contra a fome”.

Graziano da Silva, até agora subdiretor da FAO para a América Latina e Caraíbas, foi ministro da Segurança Alimentar do presidente Lula da Silva e o rosto do programa brasileiro de luta contra a fome denominado “Fome Zero”, considerado um enorme êxito.

O Fome Zero, que assentava na participação da sociedade civil no programa e na igualdade entre homens e mulheres, contribuiu para, em cinco anos, tirar 24 milhões de brasileiros da pobreza extrema e reduzir em cerca de 25 por cento a subnutrição no Brasil.

O Programa tinha como compromisso alterar situações agudas de miséria e contribuir para a mudança de paradigmas

de segurança alimentar que impediavam o crescimento do país.

O segredo do Fome Zero assentou numa combinação de políticas estruturais (voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza), políticas específicas (para apoiar diretamente as famílias no acesso aos alimentos) e políticas locais (a serem implantadas por governos estaduais, prefeituras e pela sociedade civil, organizados de acordo com as necessidades de cada região), articuladas pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

Além das ações de emergência no combate à fome e à pobreza, o Fome Zero criou um conjunto de políticas voltadas para tratar as causas do problema, como por exemplo: criação de emprego e rendimentos, incentivo à agricultura familiar, reforma agrária, programas de convivência com a seca e programa de alfabetização.

Uma fórmula de sucesso cuja experiência leva agora Graziano da Silva a defender que “erradicar a fome no Mundo é uma meta razoável e alcançável”.

A FAO, com sede em Roma, é a maior agência da ONU, com um orçamento anual de mais de 700 milhões de euros. Segundo os últimos números da agência, em 2010 havia 925 milhões de pessoas com fome no mundo.

O que é o LEADER?

LEADER – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural foi um programa criado pela Comissão Europeia em 1991 para apoiar o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais na sequência da Reforma da Política Agrícola Comum.

O LEADER caracteriza-se por conjugar um sistema de incentivos a projetos com uma forte dimensão de animação territorial, assente em **7 especificidades metodológicas**:

Abordagem territorial – Alicerça-se na proximidade das ADL aos espaços geográficos em que operam e no sólido conhecimento que deles possuem, permitindo definir estratégias de intervenção adequadas ao território.

Abordagem local ou ascendente – Assenta na proximidade para com as pessoas que habitam as áreas de intervenção e na capacitação do seu potencial para planificarem e conduzirem o seu próprio processo de desenvolvimento.

Gestão e financiamento descentralizados – Assente na autonomia de decisão quanto à apreciação, seleção e gestão de projetos, a descentralização atribui às populações a responsabilidade na formulação dos anseios, insatisfações e na procura de soluções.

Abordagem integrada ou plurissetorial – Uma construção de estratégias e planos de desenvolvimento local coerente, que integra as diversas vertentes da vida no Mundo Rural e a complementaridade entre as diferentes medidas de apoio ao desenvolvimento.

Parceria local – Promove a articulação e o envolvimento de diversos atores locais e setoriais, estimulando a partilha dos poderes e dos saberes, a coordenação e a concertação.

Inovação – Caracterizada pela criatividade na procura de soluções e respostas adequadas e atuais para problemas concretos e novos espaços de afirmação para o Mundo Rural.

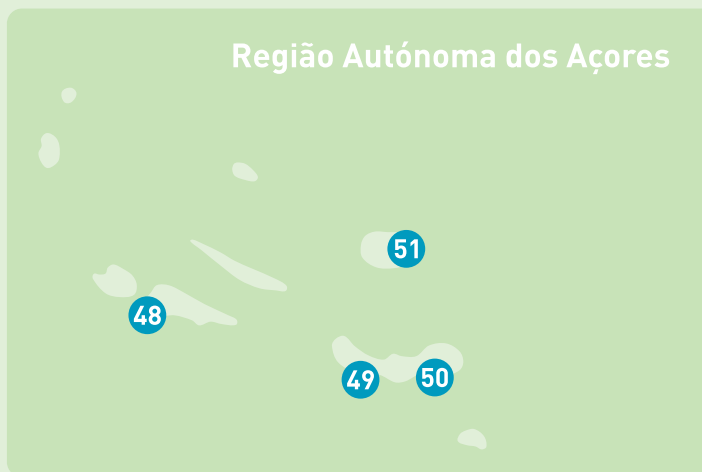
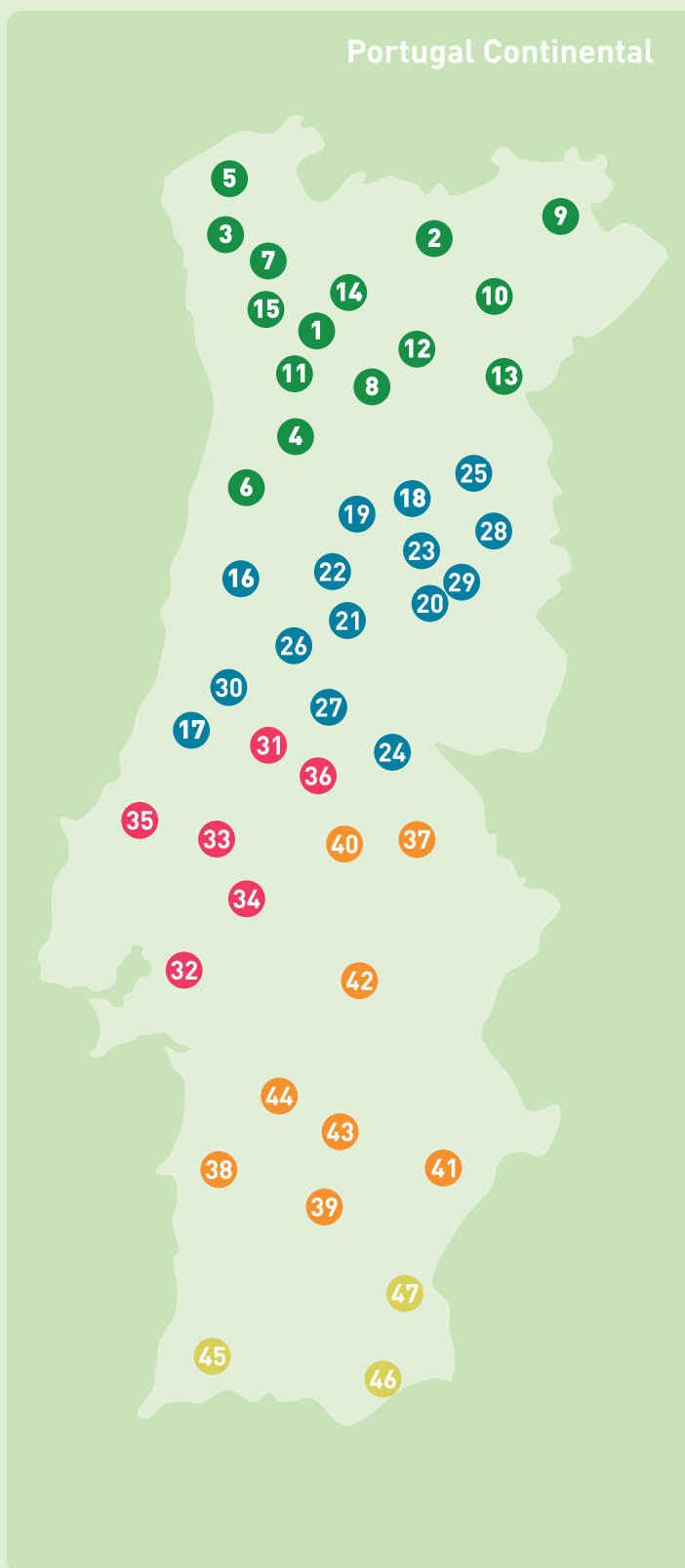
Organização em rede e cooperação – A cooperação e o trabalho em rede, assentes na transferência de conhecimento, facilitam a criação de relações de complementaridade e de escala.

Em Portugal, na primeira versão do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (entre 1991 e 1994), foram definidas 20 Zonas de Intervenção, incluindo a Região Autónoma da Madeira, tendo sido credenciadas outras tantas entidades da sociedade civil para a sua implementação.

Na segunda fase do Programa, LEADER II, entre 1994 e 1999, foram “reconduzidos” 19 Grupos de Ação Local e além destes, foram credenciadas 29 novas entidades locais para novas áreas de intervenção, elevando-se para 48 o total de GAL, com uma cobertura mais abrangente do território continental e regiões autónomas da Madeira e Açores.

No LEADER+, 2001-2006, foram definidas 52 zonas de aplicação do Programa e outros tantos GAL, sob a forma de parcerias organizadas entre entidades públicas e privadas que entre si acordaram uma estratégia comum de intervenção para o território, consubstanciada num Plano de Desenvolvimento Local (PDL).

Atualmente, o LEADER encontra-se integrado nos Programas de Desenvolvimento Rural do Continente (PRODER), Açores (PRORURAL) e Madeira (PRODERAM), estando a sua implementação a cargo de 53 GAL, através Estratégias Locais de Desenvolvimento.



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 ADRAT
www.adrat.pt
- 03 ADRIIL
www.adriil.pt
- 04 ADRIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 ADRIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 ADRIITEM
www.adriitem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTEQUE
www.destaque.pt
- 11 DOLMEN
www.dolmen.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt
- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADDLAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 ADRUSE
www.adruse.pt
- 24 ADRACES
www.adraces.pt
- 25 RAIA HISTÓRICA
www.raiahistorica.pt
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmaior.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadorsor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaicoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 ADRAMA
www.adrama.org



Desenvolvimento do Mundo Rural tem condições para continuar

Forte esperança no futuro LEADER

Perante o consenso geral que avalia a atual Abordagem LEADER como francamente limitadora do potencial que o programa antes detinha, há esperança de que o próximo Quadro Comunitário volte a dotar o LEADER das ferramentas que lhe permitiram o sucesso anterior.

Para muitos especialistas, técnicos no terreno e responsáveis associativos, o LEADER deverá voltar a incorporar a sua “versão mais pura”, que foi, como explica Regina Lopes, Presidente da MINHA TERRA – Federação das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) “a abordagem que nos pareceu mais eficaz e que deu resultados ao longo deste tempo”.

A burocracia, a redução da autonomia das ADL, a insuficiente aposta na cooperação e os baixos limites de investimento para a transformação de produtos agrícolas são algumas das críticas feitas à atual Abordagem LEADER.

Mas a boa notícia é que o que se prepara em Bruxelas para as negociações dos novos Fundos Comunitários traz esperança para o futuro do LEADER e, como consequência, para o desenvolvimento do Mundo Rural.

Segundo Pedro Brosei, que representou a Comissão Europeia – DG AGRI no Seminário “O LEADER no quadro da PAC pós-2013”, na Feira Nacional da Agricultura, em Santarém, as intenções de Bruxelas para o LEADER são as melhores e apontam para uma mudança substancial na eficácia, regulamentação e aplicação da medida, muito diferente da atual experiência da Abordagem LEADER.

“A Abordagem LEADER [...] continuará a ser uma importante ferramenta de política de desenvolvimento rural no pós-2013. Entre as prioridades da União Europeia (UE) para o desenvolvimento rural, libertar o potencial local continua a ser um elemento importante”, garante Pedro

Brosei. Para o alcançar, planeiam-se na Comissão Europeia significativas alterações ao programa, refere.

Reforçar os laços Rural/Urbano

Ressalvando que as propostas da Comissão Europeia ainda terão de ser negociadas com os Estados-Membros, não havendo portanto qualquer certeza acerca da sua configuração final, este responsável da UE apresentou algumas das ideias da DG AGRI que, a serem aprovadas nessa negociação, produzirão grandes alterações no LEADER.

Entre estas destacam-se a tentativa de “harmonização das regras dos diferentes fundos para o desenvolvimento local” e a proposta de que para cada território haja um fundo condutor, para cada Grupo de Ação Local (GAL) aplicar a estratégia para o território. Apesar de continuar a existir o LEADER, com as suas especificidades, este fundo condutor para o território poderá

“ampliar a base de financiamento” do desenvolvimento local, o que será “uma boa oportunidade para reforçar os laços rurais-urbanos”.

O reforço da ligação rural-urbano é, para Nuno Jordão, que foi o Gestor do LEADER II, algo fundamental. Tendo sido um defensor da inclusão dos territórios periurbanos na esfera do LEADER, considera agora que se deve ir ainda mais longe, “o LEADER devia era entrar pela cidade”, pois “o mercado para o Mundo Rural está no Mundo Urbano”.

Manuela Azevedo e Silva, Diretora-Adjunta do Gabinete de Políticas e Planeamento do Ministério da Agricultura, transmitiu, no Seminário em Santarém, que o Ministério tem defendido “o estímulo a intervenções integradas, em particular em zonas com menor capital e densidade institucional e social, com possibilidade de intervenções plurifundos”.

Esta intervenção plurifundo é vista por Francisco Calheiros, Coordenador da ADRIL, com otimismo, considerando-a “uma oportunidade única para a iniciativa LEADER liderar este novo quadro e pôr em prática a aproximação do FEDER e do FEADER”. Não vendo isto como uma ameaça, “mas uma oportunidade para a iniciativa LEADER se afirmar ainda mais” em prol do desenvolvimento rural.

No que respeita ao papel das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), Pedro Brosei afirma que a DG AGRI conta reforçar o seu papel, sendo “necessário ter alguns fundos para a elaboração das estratégias, pois estas têm de ser boas”. E dando depois liberdade aos GAL de escolher os projetos que melhor se adequam às suas estratégias.

Opinião partilhada também por Joaquim Amado, Coordenador da Terras Dentro, que defende ser necessário “criar regras muito mais específicas, dando mais autonomia, especificidade e flexibilidade à implementação das estratégias”, para que as ADL continuem a ser agentes dinamizadores do território.

Aposta na Animação dos Territórios

Pedro Brosei adiantou ainda que a DG AGRI considera também que no futuro deverá deixar de existir o espantado

dos avisos de concurso serem lançados apenas uma ou duas vezes por ano, devendo existir “um sistema de candidaturas em contínuo”, havendo depois um prazo definido, de seis meses por exemplo, para aprovar um projeto.

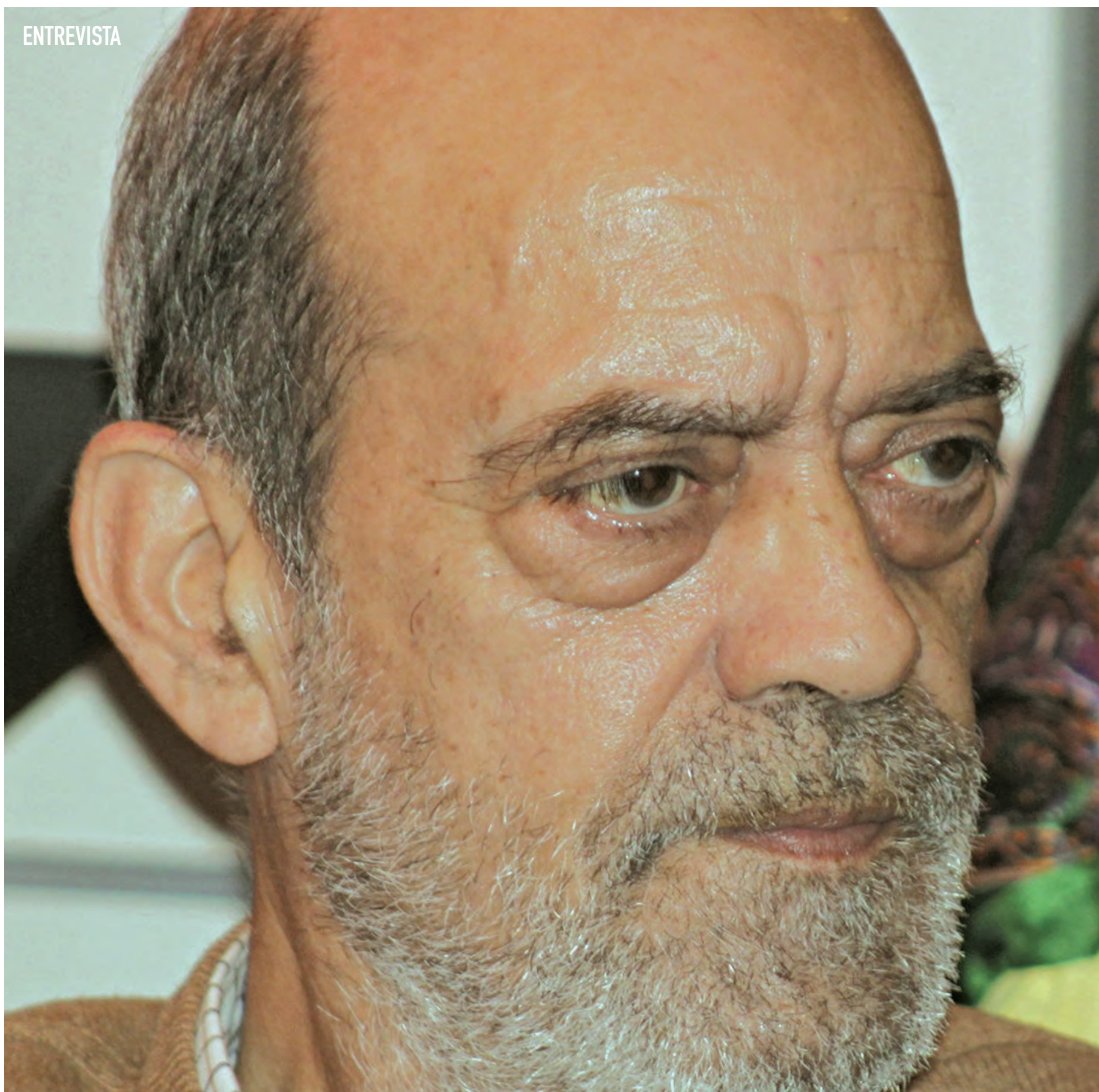
Defendendo também a simplificação administrativa, Gabriela Ventura, Gestora do PRODER (em que se integra atualmente a Abordagem LEADER em Portugal continental), alerta que “não há como voltar ao que foi no passado, pois não há atribuição de dinheiros públicos a fundo perdido sem regras. Há que lutar para que estas sejam as essenciais, as que garantam transparência e não mais do que essas. Esse é que é o equilíbrio e o desafio conjunto.”

Para responder a isto, sustenta, as equipas técnicas deverão ter estruturas pequenas e leves, mas muito profissionalizadas nas atividades de gestão, algo complementar àquilo que é a atividade dinamizadora dos GAL, “que tem de voltar a ser mais ativa, mais próxima e que me parece que está a ser muito perdida, transformando-se as associações em meros agentes administrativos e burocráticos”, concluiu.

Pedro Brosei considera também que no futuro será necessário dar “um maior foco em animação e capacitação”, algo que merece a concordância unânime de todos quantos trabalham com o LEADER.

António Oliveira das Neves, especialista em avaliação de políticas públicas (e perito avaliador do LEADER) vê no futuro uma “retoma da Abordagem LEADER”, acreditando que, “mesmo perante os constrangimentos atuais, é possível aprofundar resultados positivos daquilo que é o património desta modalidade de intervenção sobre os territórios”.

Para este especialista, os grandes trunfos da herança LEADER são a “proximidade territorial, relacional e de conhecimento, já que são a base para estruturar recursos e aproximar pessoas para o desenvolvimento rural”, pelo que considera que são exatamente os 20 anos de experiências adquiridas pelos GAL e por todas as entidades que estiveram ligadas aos vários LEADER que vão salvar este programa.



O LEADER salvou os valores da ruralidade

Nuno Jordão, ex-gestor do LEADER II, faz o balanço de vinte anos do programa

O Espaço Rural tem estado em transformação. Como analisa esta evolução em Portugal e na Europa?

Acho que o programa LEADER teve um papel decisivo nessa transformação. Porque, embora não saiba exatamente qual é causa e qual é efeito, apareceu num momento em que houve um desenvolvimento da sociedade em termos urbanos e o Mundo Rural criava uma certa nostalgia nas pessoas e um certo interesse. Quase se mitificou o conceito do rural. Digamos que foi o programa certo no momento certo.

O meio rural, antes da Iniciativa LEADER, vivia quase envergonhado de não ser urbano, sobretudo com o acesso que se tinha na ruralidade ao mundo urbano que entrava através da televisão, pelo menos.

O programa LEADER fez uma transformação, deu valor aos valores da ruralidade e as pessoas rurais começaram a olhar de uma forma mais favorável para aquilo que tinham na ruralidade.

Portanto, o programa veio dar meios financeiros para fazer o que fosse possível no Mundo Rural, desde a restauração e valorização do património, a divulgação produção e organização da comercialização dos produtos tradicionais, a defender a sua cultura, a sua história e o seu papel na história e isso contribuiu para uma alteração na dicotomia rural/urbano.

É excessivo dizer que o programa LEADER salvou o Mundo Rural? Sem o programa o Mundo Rural teria desaparecido?

Não diria tanto. Salvou valores da ruralidade, deu-lhes dignidade. Posso dar um exemplo. Estava em Trás-os-Montes, na altura na Direção Regional de Agricultura, e tínhamos um projeto com o Banco Mundial. Vinham os técnicos do Banco Mundial, a quem se oferecia as refeições, e a senhora que trabalhava para nós num Centro de Formação, e que era uma excelente cozinheira, ficava atrapalhada para fazer a alta cozinha que ela supunha que aqueles senhores muito importantes queriam.

Eu disse-lhe “faça apenas o que costuma fazer” e ela respondeu “ah, isso

“O meio rural, antes da Iniciativa LEADER, vivia quase envergonhado de não ser urbano”

tenho vergonha”. Felizmente esse espírito mudou.

A própria transformação no Mundo Rural, hoje, faz com que as pessoas apresentem os pratos tradicionais com à-vontade. Há 20 anos não era assim. Era apenas bifes com batatas fritas e febras.

As pessoas tentavam aproximar-se daquilo que era o mundo urbano?

Do que imaginavam que era a vida urbana. Há outro exemplo que é interessante: foram aqueles desenhos que surgiram por iniciativa de um GAL, há uns anos. Foi um teste numa escola com miúdos da aldeia. Sugeriu-se que eles fizessem um desenho da sua aldeia no futuro. E, repare, eles todos fizeram uma aldeia com arranha-céus e helicópteros. Era essa a ideia de futuro que eles viam, era urbanização. Era tudo urbano.

Hoje, acho que há um sentimento de que há o urbano e o rural. E o rural tem um valor próprio que é uma pena se se perder.

Esta valorização do Mundo Rural acontece tanto pelas populações rurais como pelas populações urbanas?

Pois, o mundo urbano tem a tal nostalgia da ruralidade. Repare agora que nos fins-de-semana prolongados toda a gente vai estar com parentes que tem na ruralidade, e gosta de ir, mas vive aqui [em Lisboa]. Não sei se se trata já de um movimento... Porque as cidades começam a saturar-se e há muita juventude que quer viver no meio rural, mas não sei se há já um movimento com significado.

Ao longo deste tempo, tivemos também uma realidade que é sempre debatida, que é a PAC, o papel da PAC e o impacto que tem no Mundo Rural, nomeadamente as políticas mais agrícolas. Como vê o impacto das políticas agrícolas nesta transformação do Mundo Rural?

Durante vários anos toda a União Europeia via o Mundo Rural como agricultura, exclusivamente como produtor de alimentos. O programa LEADER veio dar outra dimensão à própria PAC. Aliás, hoje, um pilar da PAC é o Desenvolvimento Rural. Isso nasceu daí.

Qual é o efeito da PAC? Ela teve duas fases nítidas.

No início, estava-se no caminho da produtividade tradicional. Porque a União Europeia nasceu no pós-guerra, havia falta de produção de alimentos e a tentativa de produzir mais e com menores custos – é até um dos objetivos da Política Agrícola Comum. Até que se chegou àquele período dos excedentes alimentares, foi mais ou menos quando apareceu o programa LEADER e começaram a defender outros valores além da agricultura. E mesmo no campo da agricultura houve certos subsídios para não produzir, um certo contrassenso.

O importante é que a agricultura é fundamental ao Mundo Rural mas não é exclusiva, não é um valor exclusivo do Mundo Rural, que tem muito mais a dar do que só a agricultura.

Em torno do LEADER, criado há 20 anos, foi gerada uma esperança de mudança no Mundo Rural. Acha que essa esperança se concretizou?

Eu acho que nunca se concretiza inteiramente. O programa LEADER foi um programa extremamente inovador, diferente de todos os outros. Estava em Trás-os-Montes, era Subdiretor Regional da Direção Regional de Agricultura e lembro-me que eu próprio estava desconfiado a pensar: aquilo vai ser dinheiro desbaratado, vai ser para amigos e vai ser um desastre. O que é certo é que não foi!

Portanto, é estranho que tendo aparecido há 20 anos e tido tanto sucesso em toda a Europa ainda haja quem desconfie dele e mesmo o combata. Ele apareceu devido a organizações rurais que estavam representadas em Bruxelas e houve três ou quatro funcionários da Comissão Europeia, um pouco sonhadores, que desenharam o programa LEADER dessa maneira. Na altura nem especificavam bem, diziam “há aqui dinheiro para investir no Mundo Rural e gerido localmente, não muito dinheiro”, portanto se aquilo fosse um desastre não era demasiado grave.

O segredo foi ser gerido por entidades do Mundo Rural, aqui são os GAL, Grupos de Ação Local, mas nem isso era obrigatório. Podia ser um grupo de amigos, estava aberto, eles não sabiam o que é que ia dar, em cada país podia ser uma coisa diferente. Por exemplo, em Espanha como havia a componente financeira, que era sempre um risco, eram grupos informais mas eram obrigados a ter um técnico dos serviços oficiais que era o responsável pela parte financeira. Aqui, como se organizaram os GAL como associações, supostamente tinham capacidade para gerir fundos. Noutros países, foi de outra maneira. Na Irlanda chamam-lhes “companies”, com um carácter mais empresarial. Portanto, foi aberto. Hoje está mais ou menos estabilizado. Em Portugal, foi este processo de Associações de Desenvolvimento Local. Na altura suponho que haviam apenas duas, que era a ADRAT e a In Loco. E como o LEADER pedia organizações locais que tomassem conta começaram a organizar-se 20 GAL.

A decisão de entregar a gestão aos GAL foi exatamente porquê?

A comunicação aos Estados-Membros que lançou o programa dizia mais ou menos isto: “Temos x dinheiro dedicado às organizações do Mundo Rural, para fazer o que fizer falta, para dar meios para as pessoas realizarem os sonhos que têm para a sua terra”. E isso é um risco enorme, de facto. Eu lembro-me na altura, vi mais como espectador, que aquilo era ao contrário de tudo, em todos os programas era o

Gestor do programa LEADER II, Nuno Jordão ainda é um acérrimo defensor do programa comunitário que garante ter dado dignidade e valor ao Mundo Rural e às suas populações. O LEADER foi um programa inovador, diferente de tudo o que era conhecido até ao momento e um verdadeiro sucesso da teoria da territorialidade e da gestão de fundos descentralizada. Uma novidade na época em que todos os programas eram geridos de forma centralizada pelo Estado. Porém, para Nuno Jordão, a atual Abordagem LEADER nada tem a ver com essa época dourada, desvirtuando até os sucessos do passado.

Estado que geria, e aqui o dinheiro e as decisões eram geridos localmente. E viu-se que muitos riscos não se verificaram. É interessante.

Eu tenho uma teoria pessoal, é que se deve sobretudo à proximidade. Quando um programa e os meios financeiros estão centralizados aqui [Lisboa], ainda se pode dizer que o investimento no Mundo Rural quando é bom ou mau, “foi alguém de Lisboa”, “foram eles”. Assim dizem “fomos nós que fizemos”. E este “nós” era alguém que eles conheciam, que encontravam no café, que falavam, tinha cara. E isso obrigou a um controlo que não havia, surgiu um autocontrolo.

A proximidade tem muito a ver com a territorialização das políticas, é esta que permite esse olhar de proximidade. Até onde acha que deve ir a territorialização das Políticas Públicas?

Houve muita discussão na passagem do LEADER II para o LEADER+ sobre a inclusão ou não das zonas periur-

eu estava na Comissão de Acompanhamento do Quadro Comunitário de Apoio, quem estava no EQUAL, a Dra. Ana Vale, estava sempre interessada em saber como era isto do LEADER, e hoje eu penso que o EQUAL é mais LEADER do que o próprio LEADER, porque o programa perdeu muito da sua natureza.

Ainda sobre a territorialização, houve muita tendência, mesmo do Ministério, para alargar as áreas. Eu sempre combati isso. Eu acho que a proximidade é que permite a relação humana, conhecer os outros promotores de projetos, conhecer quem toma as decisões. Se se alarga muito, como aconteceu com as Agências de Desenvolvimento, que cá em Portugal foi um falhanço, começa a perder-se esse efeito de proximidade.

Que critérios é que deve haver para um território?

A Comissão Europeia dá indicadores quanto a número de habitantes, e até se põe o problema de englobarem

“O segredo foi ser gerido por entidades do Mundo Rural.”

esses conceitos do “bottom-up”, planos participados, eu encontrava exemplos, lia que havia no Quênia um projeto assim, outro ali... E o LEADER me-teu isso tudo num programa e dentro da UE. Foi das melhores coisas que a União Europeia fez e está a despertar interesse em todo o mundo e a ser copiado nalguns sítios. Já tive oportunidade de ir ao Canadá, Marrocos, Colômbia e Brasil falar do programa – do antigo LEADER, não do atual.

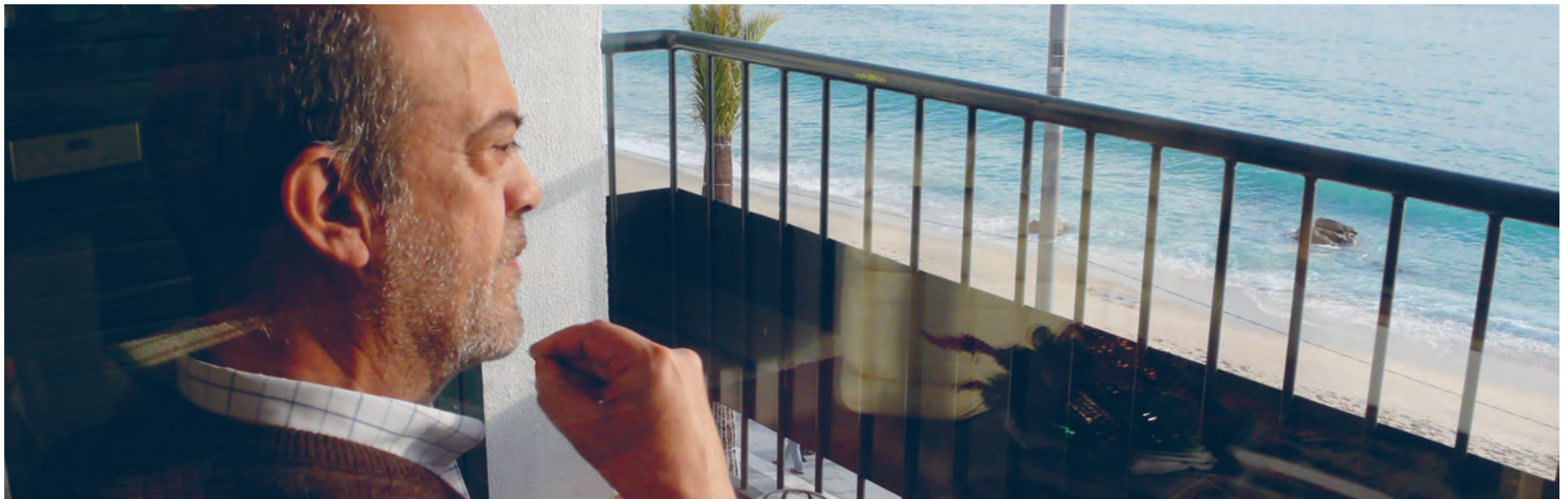
Pensando se se aumentam as áreas, como houve tendência, ou se há mui-

nada. Há também o contrário. Uma senhora que cozinhava muito bem e convenceram-na a fazer um restaurante e resultou. À pessoa que nunca pensou fazer um projeto, era-lhe dada a ideia, entusiasmou-se e fez.

Agora não há isso. Feito pela internet é tudo administrativo, qualquer um pode fazer. Se formalmente está bem, tem de ser aprovado, falhando estas coisas que só o conhecimento dá. Com esta abordagem LEADER não há esta proximidade.

As ADL queixam-se de que a atual Abordagem LEADER é demasiado burocrática. É possível conciliar o rigor nos procedimentos com a simplicidade administrativa?

Eu acho que sim e isso é o que o LEADER veio provar. Como eu disse foi um programa de alto risco. Eu tinha a maior desconfiança do que ia acontecer e a minha leitura é esta – que é a proximidade, o controlo social, que têm aguentado isso, e eu acho que é suficiente. Tive uma experiência, tive



banas. Aliás a ADREPES, ali na zona de Setúbal, tinha muita gente contra e eu lutei muito para que ela fosse para a frente. Sobretudo porque na Irlanda houve um trabalho excelente de uma “company” que era a Rural Dublin que veio, precisamente, chamar a atenção para estas zonas. Se se imaginar uma guerra entre o urbano e o rural, estes territórios estão na frente de batalha. Por exemplo, na Quinta do Anjo, sabe que muitas pessoas lutam para que continue aldeia, o que é muito interessante. E a pressão é enorme para a construção civil e as pessoas têm o espírito de salvar ali a ruralidade. Assim, com o LEADER nasceu um projeto, que tinha um protocolo com a escola de Belas Artes para os alunos irem lá pintar as árvores e as paisagens, e ao mesmo tempo compravam vinho e queijo, faziam turismo rural. Portanto, vendiam a ruralidade à porta de Lisboa. Transformaram aquela fraqueza em força.

Agora, para mim, o LEADER devia entrar pela cidade. O EQUAL bebeu muito do LEADER. Quando

os centros urbanos de média dimensão ou não. Eu defendo que sim, que devem estar no território para haver mercados para o Mundo Rural.

Acha que os territórios que estão atualmente delimitados estão corretos?

Acho que sim, pode haver ajustes, mas em termos de dimensão acho que têm a dimensão correta para manter a tal proximidade entre quem participa, e para serem geríveis.

Quando foi responsável pela gestão do LEADER em Portugal, sentiu as ADL como um fator de desenvolvimento rural ou como um obstáculo à concretização dos objetivos de política?

Eu senti como um aliado do desenvolvimento rural. Agora, dentro do Ministério, há muita gente contra e que continua com a ideia de que é uma fantasia. Eu sempre trabalhei em formação profissional na área do Planeamento do Desenvolvimento e

to mais dinheiro, que gera muito mais tentações, muda a filosofia. Tem de ser significativo para aquela zona mas não megalómano.

O LEADER também tem sofrido alterações. O que pensa da atual “Abordagem LEADER” e consequente integração deste nos Programas de Desenvolvimento Rural?

Olhe, eu já cheguei a dizer uma frase num seminário que teve alguma repercussão no meio, foi “Mataram o LEADER!”. E acho, de facto, que mataram o LEADER. Na autonomia absoluta... Por exemplo, o facto das candidaturas terem de ser feitas pela internet, perde-se a proximidade, o contacto e o conhecimento pessoal. Há histórias interessantes sobre isso: você quer fazer um projeto LEADER, mas eu já o conheço e sei que é um aldrabão e digo que assim não. Tive um caso desses, em que a um promotor chumbaram o projeto e ele apresentou queixa. Mas ele não era confiável. Era um tipo doido que pedia dinheiro e não fazia

um caso que foi um descalabro financeiro, fizeram um projeto idiota que foi um centro de negócios numa pequena povoação, que está lá e não serve para nada, um edifício monstruoso. Foi o primeiro LEADER... E eu apanhei o LEADER II e vi vestígios daquilo, o GAL faliu, não pagou a ninguém. Aí, fizemos uma auditoria para ver quem tinha sido pago e quem tinha a receber, e nessa auditoria apareceu um caso em que tudo estava correto excepto o facto de um senhor dizer mesmo ao auditor que relativamente àquela fatura nunca tinha havido troca de dinheiro, propondo a empresa auditora a exclusão daquele promotor. Pensei todavia, como é que um aldrabão vai dizer ao polícia “eu roubei isto”? E, de facto, após verificação viu-se que aquilo foi pago com trabalho; fez a poda ou outra coisa, acordaram um valor justo equivalente. E, portanto, estas coisas da ruralidade, em que ainda há esse tipo de trocas, é um mundo diferente.

E como é que analisa as taxas de execução?

O LEADER II teve 99% de execução. Havia muita pressão, eu sentia-a, para executar, executar. Mas foi antes da adesão dos novos Estados-Membros. Agora não existe essa pressão porque o dinheiro não aplicado pode ir para a Polónia ou para a Roménia, por exemplo. Na altura, havia muita pressão para executar a 100%.

Também alteraram o modo de pagamento. A autonomia financeira também foi muito reduzida pela interferência do IFAP.

Então como é que um programa com sucesso em vez de evoluir conhece estes retrocessos?

É como eu digo, ao princípio havia dúvidas, mas foram esclarecidas, pois por toda a Europa não houve grandes problemas. Há muitos mais problemas em grandes programas do que no LEADER. Pode dizer-se que há pequenas coisas. Há, como sempre, pequenos desvios, mas são insignificantes.

“Foi das melhores coisas que a União Europeia fez e está a despertar interesse em todo o mundo.”

compra de uma máquina de costura a um campo de golfe, receio que não. Sobre o campo de golfe em Ponte de Lima, inclusive eu próprio critiquei e, se formos ver agora, mudou Ponte de Lima para melhor.

Há teorias sobre o desenvolvimento, umas dizem que é a formação, as pessoas é que contam e eu acho

ganhou. Todos os projetos que ganham dimensão, para mim estragam-se.

Outro exemplo é como eu vejo o desenvolvimento rural: eu tive a visita, quando estava no programa LEADER, do [Prof. Rentes de Carvalho], que está na Holanda e é da zona de Trás-os-Montes. Apareceu-me com um agente de viagens aflighto, a dizer-me que escreveu as memórias de infância e descreveu um Santuário, e terminou esta descrição a dizer: “se alguém estiver interessado, eu levo-o lá”.

Ele pensava que lhe iam aparecer meia dúzia de pessoas e teve mais de três mil pessoas a dizer “eu quero ir lá”. E então tinha já um agente de viagens com tudo concebido, e precisava que na zona um alugasse o burro, outro bastões para a caminhada, outro garantisse as refeições. E assim várias pessoas podiam ganhar dinheiro. Isso é o espírito LEADER. Beneficiava muita gente. Eu, por acaso, transmiti isso para o GAL, e tive pena porque o GAL não pegou na ideia, mas havia interesse.



Obrigado por razões políticas a abandonar Portugal (nasceu em 1930 em Vila Nova de Gaia), **Rentes de Carvalho** esteve no Rio de Janeiro, São Paulo, Nova Iorque e Paris, antes de se fixar em Amesterdão em 1956. Licenciou-se na Universidade de Amesterdão, onde foi docente de Literatura Portuguesa a partir de 1964. Desde 1988, ano em que deixou a docência, dedica-se sobretudo à sua obra literária, vasta e celebrada sobretudo fora de Portugal, mas que agora começa a ser reconhecida em português. Vive entre Estevas (Mogadouro) e Amesterdão.

<http://www.jrentesdecarvalho.com/>



Em que medida o trabalho de animação territorial, que atualmente as ADL sentem estar muito limitado, é importante para os territórios?

As ADL trouxeram competências para os territórios rurais que não havia. Permitiu não só gerir os fundos – aqui e por toda a Europa – e tornarem-se um elemento importante na dinamização rural.

Tem alguma expectativa do que pode vir a ser o próximo LEADER, já que a atual abordagem tem tantas limitações?

Não sei. O LEADER atual é uma coisa tão diferente. Os interesses contra são muitos e depois há a tendência de pegarem em pequenas coisas mal feitas e tornarem-nas coisas grandes. E dizem que é preciso mais controlo, controlo, controlo. Se vai renascer a esperança mais pura do LEADER? Como ele foi concebido no início, aquele saco de dinheiro muito aberto, controlo formal muito mais pequeno, uma grande abrangência de projetos, desde a

que é tudo, o imaterial, o marketing também.

Uma vez dei um exemplo, estava a viver em Corroios e apanhava o comboio da Fertagus e distribuía muitas vezes chocolates da Nestlé ou iogurtes, amostras, e eles não fazem aquilo para perderem dinheiro. É para arranjar clientes, para venderem. E eu digo que o meio rural, que quer vender o seu território, tem de fazer propaganda, chamar pessoas, fazer festas, tornar agradável. Porque é que aí dizem que é dinheiro mal gasto e sem sentido?

Ainda é possível ter esperança no desenvolvimento integrado do Mundo Rural?

Eu acho que sim. A esperança mantém-se sempre. É preciso é haver condições.

Eu sei como vender o Mundo Rural. Tem um valor enorme, com um bom marketing. Houve muitos que fizeram mas não foi a população que

Então parece-lhe que, para os territórios conseguirem este desenvolvimento integrado, faz mais sentido projetos de pequena escala do que a industrialização da exploração dos produtos endógenos...

Muitos pequenos projetos. Hoje defendo isso. Tudo o que têm sido projetos grandes ou que ganham dimensão, desvirtuam-se em termos de quem ganha dinheiro com eles. Não é a população local. O que não quer dizer que não seja possível, olhe o campo de golfe. Esse para mim não estava desvirtuado. Agora o Douro, os cruzeiros de barco funcionam muito em circuito fechado, não beneficiam as populações locais.

O Mundo Rural tem de se vender, mas tem de haver mercado. No Mundo Rural não há gente. O mercado do Mundo Rural é o mundo urbano, são as pessoas da cidade que vão lá ou consomem os seus produtos.

PROTAGONISTAS DO PRIMEIRO LEADER HÁ 20 ANOS,

1 Em 2011 celebram-se os 20 anos da iniciativa LEADER. Em sua opinião, que balanço

2 Qual a importância das Associações de Desenvolvimento

3 Tendo em conta a discussão



António Montalvão Machado

1 O balanço é positivo. O LEADER é uma experiência que marcou a minha vida e marca a vida de qualquer associação de desenvolvimento. Um programa que marcou o desenvolvimento rural no país. Foi um programa que marcou o paradigma do desenvolvimento rural e local em toda a Europa. O LEADER deixou de ser um simples programa para passar a ser uma forma de trabalhar, uma filosofia, e isso demonstra o sucesso desta iniciativa e o quanto entusiasmou as pessoas que trabalharam nele. Para os mais antigos foi um motivo de orgulho a metodologia LEADER ter chegado até aos dias de hoje.

2 A importância da ADL é total, ultrapassando mesmo a filosofia LEADER. Em muitas regiões foi possível pela primeira vez criar plataformas interinstitucionalizadas, graças às ADL, graças aos GAL e ao LEADER. Hoje as ADL são uma das maiores vozes que as comunidades locais têm, de uma forma despreocupada, sem qualquer pretensão, fazerem-se ouvir, lutar pelos seus ideais, as suas estratégias de vida. São, portanto, o único sítio a que as comunidades rurais conseguem ter acesso e ter alguma voz, para poderem implementar os seus objetivos de vida.

3 Esta questão ainda vai fazer correr muita tinta. Há duas questões que me parecem essenciais. A primeira é que se mantenha a filosofia original do LEADER que orientou a sua criação e implementação. Que seja mantida a lógica das parcerias locais e de dotar as regiões de capacidades e valências específicas adaptadas ao seu território, muito próprias, despolitizadas e que essa independência e capacidade de cada região desenvolver a sua

estratégia de desenvolvimento, seja mantida de uma forma sustentada. Ou seja, que se apoie essas estruturas que dão voz às comunidades locais, às regiões, às pessoas.

Em segundo lugar, acho que o LEADER deve recuperar aquela lógica, que esteve no seu início, de ser um programa que aposta na diferença, na diferença de cada um, na capacidade de ousar, na coragem de empreender, na coragem de improvisar; e que não se transforme em mais um departamento burocrático, em mais uma instituição de profissionalismo mas, pelo contrário, continue a apoiar estas Associações de Desenvolvimento Local, que são fóruns de discussão, de inovação. Portanto, que o LEADER continue a permitir às comunidades locais a vantagem de serem diferentes, que se tem perdido nos últimos tempos. O desenvolvimento rural está a globalizar-se, transformando-se em mais uma coisa igual para todo o mundo e, na minha opinião, deve voltar-se um pouco atrás, aos primórdios, e valorizar e privilegiar o direito, o valor e a capacidade de sermos diferentes.

António Montalvão Machado foi fundador da ADLAT. Atualmente é Coordenador da equipa técnica.



Joaquim Amado

1 Em termos gerais, enquanto iniciativa comunitária que durou até 2008, penso que todos estamos de acordo, sobretudo os que cá estão desde o início, que o balanço é positivo, até porque quer a metodologia quer a abordagem LEADER ficou patente em todos os documentos comunitários e na relação comunitária que tem regido os fundos para o desenvolvimento rural. Houve uma certa obrigação de os Estados-Membros adotarem essa abordagem nos seus programas nacionais de desenvolvimento rural, mesmo sem iniciativa comunitária. Penso que este é um dos ganhos, dado que a maneira de trabalhar através da abordagem LEADER criou raízes, sendo que atualmente já é parte integrante do país e penso que, no futuro, os países devem integrar no desenvolvimento das suas políticas para o território rural a abordagem LEADER.

2 A importância das ADL é notória, têm sido estas estruturas, esta realidade que são parcerias de geometria variável, que têm na sua composição diversas entidades públicas e privadas, diversidade essa que passa pela agricultura, cultura, ensino, comércio e empresas, o que tem permitido à abordagem LEADER a proximidade junto das populações, num território mais ou menos estabilizado, e o conhecer muito bem a realidade onde está a ser implementado o programa. Chegou-se à conclusão, depois de 20 anos, que as ADL são a melhor estrutura para implementar e dinamizar a iniciativa LEADER. E que têm a dimensão mais adequada para este tipo de desenvolvimento rural. O que seria impossível se não estivéssemos perante estas ADL, estas parcerias que permitem consensos porque

não são partidárias. Tem sido uma mais-valia para o nosso território e sem as ADL o LEADER tinha sido completamente diferente.

3 Neste último quadro comunitário temos um modelo de facto diferente, em que o programa LEADER foi integrado num programa mais vasto e ficou cortado em relação à autonomia e flexibilidade que as ADL tinham anteriormente. Quis-se regulamentar uma forma de trabalhar que não tem consenso com certas regras que nada têm a ver com outros programas. No futuro, dado que é ponto quase assente que não vamos voltar aos primórdios da iniciativa LEADER, à autonomia própria, penso que a grande lição é que é necessário adaptar ainda mais a intervenção LEADER. Mesmo que ela continue a estar dentro do programa nacional, é necessário criar regras muito mais específicas, dando mais autonomia, especificidade e flexibilidade à implementação das estratégias da abordagem LEADER. E isto não se consegue com regras de outros programas, com uma forma de trabalhar que deu tão bons resultados no passado, não podemos cortar o potencial das ADL no terreno.

Joaquim Amado foi fundador da Terras Dentro. Atualmente é Coordenador da equipa técnica.

RESPONDEM HOJE A TRÊS QUESTÕES FUNDAMENTAIS

pode ser feito?

Local para a iniciativa LEADER?

sobre o futuro do LEADER pós-2013, na sua opinião que evolução deveria ocorrer?



António Realinho

1 Tenho duas óticas. A primeira diz respeito à conceção/filosofia/lógica/metodologia. A iniciativa LEADER sempre teve, na sua fase inicial, um programa único de intervenção integrado nas zonas rurais, em territórios de baixa densidade, vocacionado para entidades regionais. A segunda refere-se à implementação e ao efeito de proximidade de gestão junto das entidades. Permite o aumento do nível dimensional da iniciativa, com os envelopes financeiros e as capacidades integradas adjacentes. Tem um consequente impacto direto para os territórios, sendo estes geridos pelas entidades dos territórios, ou seja, por entidades da sociedade civil.

2 Sem as ADL não haveria LEADER. As ADL são o maior impacto e a maior herança do LEADER. O LEADER não é só projetos, é pessoas. O LEADER trouxe competências técnicas, capacitando os técnicos no terreno da formação profissional especializada (os projetos, as PME, ...). Permite que as ADL atuem de forma direta e dinâmica no desenvolvimento dos territórios, envolvendo os atores e parceiros no desenvolvimento de projetos e iniciativas. As ADL são assim determinantes.

3 Deve voltar-se à matriz LEADER: Descentralizar – permitir às ADL a gestão da subvenção global, voltadas para as iniciativas da UE, de forma integrada, envolvendo os atores territoriais. Capacitar e instruir – as ADL são as entidades mais bem capacitadas para o desenvolvimento da iniciativa LEADER, substituindo até o trabalho público. As ADL são um instrumento de atuação no território de forma polivalente, sendo um custo menor para a sociedade.

Assim, permite às ADL a gestão de parcerias entre as entidades de forma integrada devido aos conhecimentos e ao trabalho que têm exercido até aos dias de hoje, nomeadamente no tecido económico, na agricultura, nas PME, na formação entre outros.

António Realinho foi fundador da ADRACES. Atualmente é Coordenador da equipa técnica.



Francisco Calheiros

1 O LEADER é talvez o programa mais bem sucedido que a UE lançou ao nível do desenvolvimento regional, rural e geral, e tem sido usado como modelo. Esta iniciativa tem todos os aspetos positivos e um balanço muito positivo, porque foram 20 anos de aprendizagem e de conhecimento ao nível do relacionamento com o Mundo Rural. É pena que se tivesse desvirtuado na última década, tomando como base a filosofia inicial, os princípios que nortearam o seu desenvolvimento. É pioneiro, cumpriu perfeitamente todos os aspetos de inovação, demonstratividade, empreendedorismo, capacidade de alavancar o desenvolvimento a nível rural. Estou plenamente satisfeito por ter protagonizado uma candidatura há 20 anos e ela ter cumprido os objetivos a que se propôs.

2 A importância é de tal ordem que, na minha opinião, a iniciativa LEADER não sobrevive sem ADL. No âmago, o cerne da iniciativa LEADER passa por uma constituição de uma ADL, com os princípios e características que foram previstas – mais de 50% privado – o que não aconteceu em muitos dos casos, mas esta foi a filosofia do LEADER, a parceria pública-privada enraizada, em que o privado se sobrevasse em relação ao público. Hoje tornou-se, ao fim de 20 anos, a base de novas iniciativas a nível do desenvolvimento regional, como por exemplo o PROVERE que, se o analisarmos ao nível do desenvolvimento regional, tem semelhanças enormes com o LEADER. Sem ADL, sem a criação de uma Associação de Desenvolvimento Local, onde estão replicadas todas as sensibilidades locais do território rural que preenche a iniciativa, não seria possível

implementar a iniciativa. A ADL é o fórum do desenvolvimento rural do território onde ela se insere. O que importa é que ela consiga reunir os principais atores do desenvolvimento, quer públicos quer privados, com acento essencial para a parte privada.

3 Somos confrontados com um pós-2013 em que há uma perspectiva de desenvolvimento de proximidade entre o urbano e o local, o rural e o regional. O que quer dizer que a estratégia de desenvolvimento rural seja será uma aproximação *bottom-up*, o que é um princípio LEADER. Eu vejo, com espírito positivo, uma oportunidade única para a iniciativa LEADER liderar este novo quadro, dar a devida importância e reconhecimento ao trabalho feito pelas ADL na iniciativa LEADER, para, de forma contínua, envolver o desenvolvimento rural através das experiências e pôr em prática a aproximação do FEDER e do FEADER. Não é uma ameaça, mas uma oportunidade para a iniciativa LEADER se afirmar ainda mais.

Francisco Calheiros foi fundador da ADRL. Atualmente é Presidente e Coordenador da equipa técnica.



José António da Mota Alves

1 Estando no LEADER na primeira hora, a ATAHCA participou desde o início neste projeto. O balanço que fazemos é extremamente positivo, dado o desenvolvimento e o investimento que foi feito na região. Considero a iniciativa comunitária LEADER o melhor exemplo de aplicação de fundos comunitários. Razões: a proximidade que se criou entre quem tinha responsabilidades de gestão e de implementação do programa e o promotor. O LEADER permitiu a existência de proximidade, com um acompanhamento periódico do desenvolvimento dos projetos rurais. Com outra grande vantagem, que foi permitir à sociedade civil a participação, de uma forma ativa, no desenvolvimento da estratégia local para o território e nas diversas atividades que se foram promovendo durante estes anos. Isto gerou uma confiança elevada nas pessoas, criando um corpo técnico permanente no terreno e em contacto direto com os promotores. Possibilitou também uma maior diversificação, pois a abordagem LEADER abrangeu várias áreas de forma transversal, desde a agricultura, às médias empresas, turismo no espaço rural, animação e formação.

2 O grande sucesso da iniciativa comunitária LEADER só foi possível pela essência das Associações de Desenvolvimento Local, sendo este o facto diferenciador dos restantes programas comunitários existentes. Porque as ADL têm na sua constituição, nos seus corpos sociais, pessoas da sociedade civil e organizações locais, sejam elas de direito público ou de direito privado, sendo essas pessoas muito importantes no desenvolvimento de políticas estratégicas locais de

cada uma das associações. Portanto a elevada diversidade permitiu colocar-se à volta da mesa a discussão de vários assuntos comuns às entidades com interesses bastante diferentes, possibilitando também a análise e até implementação de outras políticas, que só foram possíveis depois das pessoas se sentarem à mesa e decidirem uma estratégia naturalmente comum, integrada para o território.

3 O LEADER, entre 1991 e 2008, permitiu uma autonomia das ADL que desenvolveu resultados bastante satisfatórios, até porque era um processo menos burocrático. Neste novo quadro comunitário os processos são demasiado burocráticos, o que gera alguma perda de autonomia das associações. Portanto, há a necessidade de um reforço novamente na autonomia das ADL, que é algo extremamente importante. Algumas políticas que estão a ser desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura deverão ser transferidas para as associações, o que poderá permitir uma poupança nos recursos financeiros ou até usar esses recursos para realizar mais obra e mais projetos. O LEADER é mesmo isso, quase uma “multiplicação dos pães”. Deve-se analisar e repensar o que de muito bom teve o LEADER nos três quadros comunitários de apoio anteriores, e o que perdeu com a atual abordagem LEADER. É também importante, em termos de política futura, que haja uma maior ligação do urbano com o rural, ou seja, da cidade ao campo. Há também a necessidade de rever toda a política de cooperação. A cooperação tem uma enorme importância, mas as suas políticas têm de ser revistas porque há uma desmotivação muito grande para que as pessoas participem em projetos de cooperação por dois tipos de problemas: a complexidade processual e a comparticipação, pois existe noutros países da Europa uma comparticipação total da cooperação e que, infelizmente, em Portugal não o é, o que deve ser revisto.

José António da Mota Alves foi fundador da ATAHCA. Atualmente é Presidente e Coordenador da equipa técnica.



Aurora Ribeiro

1 Permita-me que inicie a minha resposta saudando os colegas das ADL que festejam 20 anos de trabalho LEADER no Mundo Rural português. E, porque o LEADER tem rosto, quero saudar todos os que trabalharam connosco ao longo destes anos; os que já partiram, na memória de Goulart Carrinho, todos os outros nas pessoas de Vitor Barros e Nuno Jordão. Senhores de referência, que entenderam bem que a metodologia LEADER é também um exercício de compromisso e cumplicidade nos diferentes patamares de decisão, e que eleitos, decisores europeus, nacionais e locais têm de ser companheiros de tarefa. Saudar, ainda, Gabriela Ventura, que neste quadro de programação, que para o LEADER foi mais quadro de desilusão, se esforça connosco por recuperar o tempo perdido e de romper os espartilhos da atual arquitetura do programa, amarras que desvirtuam e empobrecem os 20 anos LEADER. Para tentar responder muito sucintamente à sua pergunta, dou conta de alguma da história que ajudamos a construir: a semente a germinar presente no agroturismo, nos rótulos do azeite, do queijo, do cabrito e do vinho. A tenda de mais uma feira temática, jovens que tocam na banda que passa, e ouvem-se “conversas” sobre desenvolvimento, inovação, cooperação, mesas de trabalho impensáveis há 20 anos atrás. E a semente a germinar também presente na sinalética que nos convida a usufruir da paisagem, do museu, da capela... e ouve-se cumprimentar o pessoal do LEADER, que todos tão bem conhecem... 20 anos de fortalecimento da economia local, valorização dos recursos e criação de laços duradouros.

2 As ADL inauguraram, com a iniciativa LEADER, uma diferença de atitude e método, de relação com a terra e suas gentes e, hoje, somos uma competência técnica no local e residente, particular e única, que se capacitou ao longo destes 20 anos, incontornável na resposta no meio rural ao seu desenvolvimento e crescimento, cada vez mais qualificada mas sempre sustentada na “alma LEADER”, como sabemos e gostamos de chamar.

A metodologia LEADER exige uma ADL. Esta, compõe-se da diversidade do território que representa, e, como tal, o território participa da estratégia de desenvolvimento, desde a sua formulação à execução, sendo assim, coautor das decisões que determinam os caminhos a trilhar.

A ligação entre ações de desenvolvimento da economia rural só se exerce localmente; é aqui que se releva numa mais-valia globalmente competitiva, porque é um processo participado “com as pessoas e para as pessoas” e integrado porque não deixa de fora nenhum setor de atividade, porque dialoga e trabalha em rede com outros territórios rurais. A iniciativa LEADER reclama, ainda, animação e promoção territorial, que mais uma vez se faz num contexto de parceria e de visão de desenvolvimento integrado, que estão na raiz das ADL e da sua missão.

3 Com os erros devemos aprender. A lição de um mau formato de programa está claramente registada no conjunto de dificuldades vividas pelo desajustamento entre o modelo atual e a realidade do Mundo Rural português que é o seu destinatário. Assim, a evolução que o futuro do LEADER venha a ter deve necessariamente integrar os seus valores de referência, a decisão partilhada e local, com flexibilidade capaz de responder com eficácia às demandas de cada território de intervenção e conter mecanismos de resposta à implementação duma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Aurora Ribeiro foi fundadora da DESTEQUE. Atualmente é Coordenadora da equipa técnica.

Perspetivas do MAMAOT para aplicação do LEADER pós-2013

Embora a discussão do novo quadro financeiro da União Europeia e das prioridades da Estratégia Europa 2020 se faça num contexto complexo, a 27 Estados-Membros, com discussão simultânea das várias políticas da UE, nomeadamente da PAC e da Política de Coesão, a documentação disponível e os debates em curso permitem perspetivar o regresso do LEADER a uma abordagem mais integrada do que a do atual período de programação.



O enquadramento geral das negociações na UE para o período pós-2013, faz-se num contexto complexo, onde pela primeira vez se negocia a 27 Estados-Membros (EM), num novo quadro de repartição de competências entre instituições europeias e com discussão em simultâneo do novo Quadro Financeiro, da PAC, da política de coesão e no enquadramento das prioridades da Estratégia Europa 2020.

A documentação disponível e os debates havidos permitem perspetivar o regresso a uma abordagem mais integrada face ao atual período de programação.

Destaca-se a programação estratégica reforçada, assente num Quadro Estratégico Comum (QEC) que reflita uma maior coordenação entre políticas com vista a alcançar os objetivos da Estratégia 2020,

integrando os vários fundos (FEDER, FSE, Fundo de Coesão e também FEADER e FEP). O estabelecimento de contratos de parceria para o Investimento e Desenvolvimento entre os EM e a Comissão Europeia, uma maior orientação para resultados e o reforço da governança, são outros elementos dessa abordagem integrada.

Saliento a importância dos Territórios Rurais como espaço de oportunidades para o crescimento económico, a inclusão social e a criação de emprego e a importância de abordagens integradas específicas de carácter local como resposta à diversidade desses territórios.

Os territórios rurais enfrentam desafios colocados pelo envelhecimento da população, capacidade de atração de jovens e recursos humanos

qualificados, a pluriatividade ou a necessidade de diversificação da sua base económica, aspetos especialmente importantes no atual contexto de dificuldades económicas e sociais que o país enfrenta.

Em termos de posicionamento negocial, o ministério tem assumido a defesa de um 2.º pilar da PAC forte, assente nas suas três vertentes – competitividade, gestão sustentável e desenvolvimento equilibrado dos territórios; tem valorizado o QEC e o estímulo a intervenções integradas, em particular em zonas com menor capital e densidade institucional e social, com possibilidade de intervenções plurifundos; a defesa de Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD) baseadas na participação dos diferentes atores e na abordagem bottom-up; a flexibilidade da programação,

adaptada às especificidades regionais e setoriais, acompanhada da simplificação e harmonização de regras de elegibilidade e de implementação entre os diferentes fundos.

Relativamente ao futuro da abordagem LEADER, trata-se de um período privilegiado para preparar o novo período de programação. Fizemos um longo caminho, com 20 anos de experiências muito diversas de abordagem local ao nível de diferentes fundos. O próprio LEADER teve enquadramentos muito distintos.

Sendo um dado adquirido que não está em causa o regresso a uma “iniciativa comunitária”, é consensual que importa recuperar a especificidade do LEADER, mas dentro de um quadro cada vez mais exigente de eficácia, eficiência e transparência na aplicação de recursos públicos escassos.

Saliento a importância de um quadro regulamentar claro a nível europeu, que reflita qual a força que a Comissão Europeia quer para as abordagens integradas de desenvolvimento local e que facilite a sua operacionalização, o que passa por parâmetros mínimos de respeito pela abordagem LEADER, pela flexibilidade de medidas e elegibilidades, harmonização de regras entre fundos e proporcionalidade nas exigências regulamentares e administrativas, sem prejuízo da boa gestão financeira.

A visão estratégica nacional acerca da intervenção que queremos para os territórios rurais ao nível dos vários fundos é fundamental, no quadro da programação e do modelo

de governação que vierem a ser definidos. As ELD devem ter um quadro abrangente de atuação, envolvendo o compromisso dos vários fundos e portanto a definição coordenada de estratégias plurifundos.

Este exercício tem de conjugar as abordagens bottom up e top down, para que a estratégia nacional reflita as especificidades do local e as ELD deem claramente o seu contributo para os objetivos e estratégias definidos a nível regional, nacional e europeu.

Questões como uma maior abrangência das parcerias, a melhoria do acompanhamento e avaliação das ELD, a existência de um quadro claro de atuação da AG/GAL/OP, são igualmente fatores a promover.

As discussões sobre o futuro da PAC dão-nos indicações de maior flexibilidade (a existência de “pacotes de medidas” ou a inexistência de eixos), reiteram a importância das vendas diretas, dos mercados de proximidade, dos produtos locais, da relação rural-urbano, do turismo em espaço rural, das energias renováveis e eficiência energética.

Ao nível da inovação, um grande desafio é o de saber encontrar novas formas de organização da animação no território, que possibilite o surgimento de projetos e parcerias o mais eficazes possíveis, na prossecução do valor acrescentado da abordagem LEADER.

Uma breve nota relativamente à agenda futura: a Comunicação da COM sobre as Perspetivas financeiras (fim de junho) e as propostas legislativas sobre o futuro da PAC e Política de Coesão (2º semestre 2011) permitirão clarificar o quadro financeiro e regulamentar de atuação, sem prejuízo do trabalho interno que tem que ser feito em contínuo.



Manuela Azevedo e Silva
Economista, Diretora-adjunta do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Globalizar o LEADER



Apesar de nos tempos mais recentes vários autores reclamarem a paternidade da frase “think globally, act locally”, a versão original é atribuída ao urbanista e sociólogo escocês **Patrick Geddes**, que a terá utilizado em 1915 para explicar o que deveria ser tido em conta na planificação das cidades: o “carácter local” não é uma simples aquisição acidental, mas uma conquista, só conseguida pela “compreensão adequada e tratamento de todo o ambiente, e em conjunto com a vida essencial e característica do lugar em causa.”

“Pensar global, agir local” é uma frase bem conhecida. É fácil de dizer, mas difícil de implementar. Caso contrário, não estaríamos agora no meio de uma crise económica na Europa. Mas este conceito pode levar-nos de volta ao caminho certo, mobilizando os atores a nível local para produzir serviços e produtos de acordo com suas vantagens comparativas e em resposta aos padrões de procura em termos globais.

Com uma história de 20 anos, a metodologia de desenvolvimento local do LEADER provou ter capacidade para impulsionar este desenvolvimento. É por isso que é crucialmente importante que esta metodologia rompa as tradicionais fronteiras da administração setorial da União Europeia e se abra às políticas de competitividade, inovação

e desenvolvimento regional da Europa.

O LEADER é fruto do desenvolvimento rural, mas com uma forte influência das políticas de desenvolvimento e metodologias participativas. Os principais pontos fortes, que estão na base do seu sucesso largamente reconhecido, são a flexibilidade e adaptabilidade a todo o género de situações geográficas e circunstâncias socioeconómicas e políticas. O LEADER adapta-se muito bem a regiões pouco povoadas, com necessidade de conjugar recursos e encontrar novas soluções – já ouvimos o Comissário para Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloş, repetir três vezes num breve discurso que o LEADER vai permanecer no centro da futura Política Agrícola Comum. Mas o LEADER também serve para outras

A **ELARD** (European LEADER Association for Rural Development) é uma entidade sem fins lucrativos criada em 1999, formada por Redes Nacionais de Desenvolvimento Rural de diferentes Estados-Membros da União Europeia, agrupando Grupos de Ação Local que gerem as Iniciativas LEADER e/ou Programas Nacionais de Desenvolvimento Rural. A Federação MINHA TERRA é membro da ELARD.

áreas políticas além do desenvolvimento rural. Desde 2007, já assistimos à sua extensão bem sucedida à política de pescas europeia/DG MARE. A nova abordagem europeia pós-2013 para o desenvolvimento local está em preparação nas conversações entre a DG AGRI, DG MARE, DG REGIO e DG EMPREGO. Os GAL LEADER, atualmente existentes, constituem um mecanismo experiente de implementação de políticas. Devem agora preparar-se para assumir um papel mais influente e escolher criteriosamente, do menu do desenvolvimento local, as ferramentas que melhor se adequem às necessidades dos seus territórios

A disseminação do LEADER para novos domínios das políticas, bem como países e territórios totalmente novos é um dos principais objetivos da presidência finlandesa da ELARD. Esta divulgação também proporciona reflexões que ajudam a metodologia a renovar-se e a evoluir na sociedade em mutação. Melhorar as articulações com outras organizações europeias e internacionais de desenvolvimento local ajuda a difusão da mensagem. A União Europeia já tem mais de 2.000 territórios LEADER, mas a ELARD e os seus membros também têm contribuído para a introdução

desta metodologia nos países candidatos à União Europeia, na Rússia, em África e na América Latina. O Seminário “LAGs Global Networks” organizado pela ELARD, reuniu 160 defensores do desenvolvimento local de 21 países e três continentes na Finlândia em meados de junho – a FAO e a OCDE também estiveram representadas, o que também demonstra grande interesse do LEADER do ponto de vista da redução da pobreza e da segurança alimentar. A associação ELARD está a expandir-se rapidamente, cobrindo já 18 países. Juntos somos definitivamente mais fortes numa nova arena global.



Petri Rinne
Engenheiro Florestal,
Presidente da ELARD
e coordenador do GAL
Joutsentenreitti na Finlândia.

O LEADER é fundamental para a sustentabilidade dos territórios



Após o atraso inicial, a Abordagem LEADER está a recuperar o tempo perdido. Foram já aprovados mais de 1400 projetos, aos quais foram atribuídos 100 milhões de euros de apoio PRODER, viabilizando um investimento total de 180 milhões de euros em pequenos projetos, criando mais de dois mil postos de trabalho diretos.

A Abordagem LEADER resulta de uma constatação, que a mim me parece óbvia e evidente, que é a seguinte: abordar o Mundo Rural com base em políticas definidas exclusivamente de uma forma vertical e setorial, geridas de modo centralizado é, no mínimo, uma abordagem insuficiente do Mundo Rural.

Queremos atrair jovens, gente qualificada e investimento para as zonas rurais. Queremos desenvolver a economia e melhorar a qualidade de vida das populações. Pois não o conseguimos fazer se não utilizarmos uma abordagem transversal.

É isso que está na base da Abordagem LEADER, que assenta numa perspetiva transversal de todos os setores importantes para o desenvolvimento integrado do Mundo Rural. Para o concretizar, as

Associações de Desenvolvimento Local, que se constituem como Grupos de Ação Local (GAL), desenvolvem Estratégias Locais de Desenvolvimento para o seu território de intervenção, que conhecem muitíssimo bem.

Dentro da sua autonomia, e de acordo com o modelo que está definido no PRODER, os GAL definem então a estratégia para o território, afetam os recursos que lhes estão atribuídos aos vários subvetores da sua estratégia e, depois, são também responsáveis pela aplicação dessa estratégia, nomeadamente pela definição das regras de apresentação de projetos, pela sua seleção e, obviamente, são também eles que decidem os projetos que serão apoiados.

Portanto, têm a responsabilidade integral pela boa aplicação da Abordagem LEADER

e são co-responsáveis, juntamente com a Autoridade de Gestão do PRODER, por fazer chegar os recursos disponíveis à economia real e aplicá-los em projetos que realmente se traduzam no desenvolvimento económico e social das zonas rurais. À abordagem LEADER estão alocados 10% do envelope financeiro total do PRODER, isto é, cerca de 450 milhões de euros.

Por razões externas aos GAL, a Abordagem LEADER no PRODER arrancou apenas em agosto de 2009. Portanto, quando falamos do estado da arte, falamos do trabalho desenvolvido pelos GAL e pela Autoridade de Gestão desde essa altura. Neste período, este sub-programa do PRODER atingiu uma taxa de compromisso de 46%, a qual traduz o número de projetos já aprovados. É uma taxa que está ainda abaixo da média global do Programa de 57%, mas, tratando-se de pouco mais de um ano e meio de trabalho, é um resultado notável.

A taxa de execução, que traduz os pagamentos realmente feitos aos beneficiários, está bastante abaixo do desejado, sendo ainda de 10%. Mas não podemos deixar de registar que o esforço que os GAL têm feito nos vai permitir sem dúvida recuperar em grande parte o tempo perdido.

Neste momento temos cerca de 1.400 projetos aprovados, aos quais já atribuímos mais de 100 milhões de euros de apoio PRODER e que viabilizam 180 milhões de euros de investimento em pequenos projetos, o que é muito importante para o Mundo Rural.

Mais importante ainda é que estes projetos já aprovados irão gerar mais de dois mil postos de trabalho diretos nas zonas rurais, o que é especialmente relevante, sobretudo nos tempos que atravessamos. E este potencial de criação de emprego é uma das mais

extraordinárias valências da Abordagem LEADER.

É sabido que a integração do LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural foi acompanhada de um aumento de regras e procedimentos a respeitar. No caso do PRODER tal foi agravado pela Conceção bastante complexa do Programa, mas a Autoridade de Gestão tem estado atenta a esta questão e tem sido possível simplificar alguns processos, sem se perder a transparência e o rigor exigíveis.

Mas devemos ter também a consciência de que muita dessa burocracia não resulta do Programa, mas das crescentes exigências que são colocadas a todas as entidades que gerem fundos comunitários. E esta complexidade crescente é um processo que não vai voltar atrás. Temos de adaptarmos a ela de maneira eficaz e competente e tentar lutar para que seja o menos limitadora possível da atuação e da manutenção da identidade dos GAL. Deste processo tem que resultar um salto qualitativo.

Porventura o que será necessário é perceber que dentro das estruturas das Associações de Desenvolvimento Local tem de haver equipas pequenas e flexíveis, mas muito profissionalizadas nas atividades de gestão. E que isso é paralelo e complementar da atividade dinamizadora dos GAL, onde os elementos das parcerias têm que voltar a ter uma participação mais ativa, mais próxima – que parece estar a ser muito perdida – que impeça que as associações se transformem em meros agentes administrativos e burocráticos. Isso não deve acontecer. As atividades próprias da gestão não podem asfixiar as parcerias, que devem traduzir o dinamismo, a criatividade e a capacidade de promover e dinamizar os territórios que são próprios dos GAL.

No entanto, a integração que referi produziu também efeitos muito positivos para os GAL. Em particular, porque o facto de estarem inseridos num Programa com um volume financeiro muito significativo lhes tem conferido maior visibilidade e peso negocial, o que tem permitido, por exemplo, que os atuais estrangulamentos financeiros do Estado português não atrasem demasiado os pagamentos aos GAL e aos promotores, o que seria dramático para todos.

Mas também o PRODER beneficiou com a integração da Abordagem LEADER. Esta permite que o Programa tenha uma proximidade aos territórios, que de outro modo não teria, dando uma resposta adequada, eficaz e ajustada às suas necessidades.

Através do LEADER, o Programa consegue realizar uma abordagem transversal, que transcende o apoio estrito à agricultura, mas que contribui para a apoiar de forma mais ampla e integrada, apostando na dinamização das zonas rurais.

Finalmente, permite ao Programa ter um impacto nos pequenos projetos, que normalmente são inovadores e são também criadores de emprego. Ao fazer isto atribui ao Programa um equilíbrio. Trata-se da contrapartida adequada aos projetos financiados nas áreas da agricultura, pecuária, agro-indústria e floresta que têm obviamente características e valências diferentes.

Temos de ter as duas coisas. Temos que ajudar a viabilizar uma agricultura competitiva, que gera crescimento económico e investimento, contribui para as exportações e para a diminuição do défice alimentar, mas a Abordagem LEADER permite paralelamente um contraponto e um complemento a isto, que é o apoio a pequenos projetos que criam emprego, fixam as populações e melhoram a qualidade de vida nas zonas rurais.

[Intervenção no seminário "O LEADER no quadro da PAC pós-2013", 7 de junho]



Gabriela Ventura
Jurista, Gestora do PRODER.

A Abordagem LEADER na Região Autónoma dos Açores

O LEADER tem contribuído para introduzir abordagens integradas e multissetoriais na Região Autónoma dos Açores.

O atual Programa de Desenvolvimento Rural – 2007-2013, da Região Autónoma dos Açores, designado por PRORURAL, encerra, no âmbito da Abordagem LEADER, medidas dirigidas a uma população-alvo diversificada e cobrem um conjunto alargado de áreas de intervenção e de atividades económicas, justificando a sua implementação com base numa abordagem de desenvolvimento local.

A diversificação da economia e criação de emprego, a intervenção no património e nos serviços prestados à população e a formação e informação dos agentes económicos são objetivos que deverão ser alcançados, tendo em conta as características específicas de cada território e as suas necessidades/potencialidades de desenvolvimento.

A capacidade dos agentes locais para, em parceria, delinear a estratégia de atuação no seu território, sustentada em diagnóstico fundamentado, e se proporem à sua implementação, foi considerada determinante na satisfação dos objetivos que se querem atingir.

A experiência existente na implementação de iniciativas locais, como sejam os Programas LEADER II e LEADER+, e a motivação existente para o desenvolvimento de iniciativas locais são bons indicadores do interesse existente para execução de estratégias de desenvolvimento local, que consideramos poder vir a ser expresso na criação ou melhoria das capacidades existentes nos territórios e na definição de Estratégias Locais de Desenvolvimento mobilizadoras.

Em termos territoriais, foi opção da Região manter os anteriores territórios abrangidos

pelos Programas de Iniciativa Comunitária LEADER II e LEADER+, porque entendia-se que a realidade regional continuava a exigir que não fossem feitas mudanças a esse nível. Havia necessidade de não alterar a filosofia que esteve presente nos anteriores quadros comunitários: primeiro porque os potenciais beneficiários tinham um conhecimento histórico dessas zonas de intervenção, o que seria uma oportunidade para que não surgissem grandes constrangimentos na apresentação de pedidos de apoio, segundo, porque a existência de Associações de Desenvolvimento Local nesses territórios, traziam alguma garantia de que o programa poderia avançar, já que essas associações teriam condições para concorrer e até serem selecionadas para gerirem cada um dos territórios, o que veio efetivamente a acontecer.

Relativamente à Conceção do Programa de Desenvolvimento Rural, no que concerne à Abordagem LEADER e ao orçamento das Estratégias Locais de Desenvolvimento, foi entendimento de que haveria paridade financeira entre os territórios. Esta opção inicial teve como fundamento o pressuposto de que as dinâmicas de implementação por parte dos Grupos de Ação Local, seriam muito idênticas e que haveria um bom grau de adequação entre os recursos financeiros disponibilizados e os objetivos e metas traçadas para o desenvolvimento rural. Nesta altura, já podemos afirmar que, nalguns casos a paridade financeira começa a revelar-se inadequada em certos territórios, principalmente pela elevada dispersão geográfica que obriga à existência de mais meios técnicos

e, por consequência, a maiores custos de funcionamento. De realçar que este constrangimento não foi redutor para o aparecimento de um elevado número de pedidos de apoio, o que revela o elevado esforço por parte dos Grupos de Ação Local.

Verificámos ainda, que a paridade financeira é pouco adequada num território, não pela dispersão geográfica, mas pelo elevado número de candidaturas rececionadas nas ações da Medida 3.1, que facilmente esgotaram a verba no 1.º ano de implementação.

Quanto à integração da Abordagem LEADER na Política de Desenvolvimento Rural comunitária e nos Programas de Desenvolvimento Rural nacionais e regionais, a nossa avaliação permite-nos afirmar que a mesma está a contribuir para uma melhor governação nas áreas rurais, apesar das dificuldades na transição do LEADER+ para o FEADER. Em primeiro lugar estas dificuldades surgem porque todo o circuito que vai desde a apresentação de candidatura até ao pagamento foi altamente modificado e mais exigente em termos de controlo, decorrente das próprias exigências do FEADER.

Decorridos que são 2 anos sobre o início da apresentação de candidaturas ao Eixo 3, verifica-se que as orientações estratégicas decorrentes da Decisão do Conselho, de 2006, em que expressamente definia que o eixo “qualidade de vida e diversificação da economia rural” iria contribuir para desenvolver os territórios rurais através da promoção dos serviços à população, das microempresas, do turismo rural e da valorização do património cultural, a fim de melhorar as condições de crescimento e a

criação de empregos em todos os setores”, é uma realidade na Região Autónoma dos Açores, já que têm surgido muitos projetos ao nível das microempresas, alguns projetos bastante inovadores e essa inovação parte dos próprios beneficiários. São eles que empreendem a sua ideia de projeto e quando surgem junto do Grupo de Ação Local, já sabem, basicamente, o que querem.

De início, os beneficiários também sentiram que este Programa de Desenvolvimento Rural estava longe do LEADER+ e criticavam-no. Hoje, já se habituaram mais, até porque convivem com beneficiários de outros eixos do PRORURAL em que os procedimentos e as exigências são iguais para todos.

No que se refere à mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno, verificamos que a criação de competências locais para o emprego e para a diversificação têm surgido através dos pedidos de apoio apresentados, principalmente em dois dos territórios da Região. Nesses territórios, cerca de 65% dos projetos aprovados são da Medida 3.1, onde se privilegia o investimento produtivo, a criação de emprego.

A complementaridade com outros projetos e iniciativas desenvolvidas nas outras Medidas dos outros eixos do PRORURAL não se tem verificado até à presente data. Temos poucos exemplos de projetos complementares. Existe um único projeto na ação 3.1.2 “Criação e Desenvolvimento de Microempresas” que complementa um projeto da ação 1.7 “Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais” e uma intenção de projeto à ação 3.1.2 que complementa um projeto

da Medida 1.2 “Instalação de Jovens Agricultores”

Consideramos, no entanto, que a Abordagem LEADER continua a contribuir para introduzir abordagens integradas e multissetoriais, já que no caso dos GAL dos Açores, as ELD aprovadas têm uma base multissetorial, completando vários setores de atividade. Quando olhamos para os projetos aprovados com base nestas estratégias, notamos que de início, existia pouca preocupação e até alguma dificuldade, em relacionar esses projetos entre si de forma a torná-los num todo, onde houvesse uma lógica. Tratava-se de apoiar iniciativas sem grande preocupação de saber se elas eram ou não integradas e multissetoriais. Era o início!

Atualmente já percebemos que os GAL começam a ter preocupações com a integração destes projetos, nomeadamente nas ligações entre os diferentes agentes e setores económicos, sociais, culturais e ambientais abrangidos. O futuro próximo, ou seja, o surgimento de mais projetos, dar-nos-á mais informações sobre esta questão.

Sobre a participação dos agentes locais temos constatado que existem disparidades entre territórios: nuns, são meros espetadores. Noutros, são bastante ativos. Esta é uma questão de avaliação, mas temos conhecimento de que houve uma adequada divulgação em todos os territórios, temos uma [página de internet](http://prorural.azores.gov.pt/) que apresenta muitas visitas, resta-nos apreender as diferenças nestas duas dinâmicas.

<http://prorural.azores.gov.pt/>



Fátima Amorim

Engenheira agrónoma, Diretora Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura da RA dos Açores e Gestora do PRORURAL.



O LEADER no quadro da PAC pós-2013

O seminário da MINHA TERRA, numa realização conjunta com a CAP no âmbito da 48.ª Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, a 7 de junho, contou com 120 participantes empenhados na salvaguarda do LEADER nas futuras políticas da União Europeia.

Da situação atual do LEADER às perspectivas da sua aplicação após 2013, o encontro promoveu uma reflexão coletiva aprofundada, de forma a melhorar a configuração do LEADER, atualmente integrado nos Programas de Desenvolvimento Rural PRODER (Continente), PRORURAL (Açores) e PRODERAM (Madeira).

E se o momento é de mudança, é também de oportunidade para sair em defesa das temáticas relacionadas com o Desenvolvimento Rural, inscrevendo-as na agenda pública, como defendeu a presidente da MINHA TERRA, Regina Lopes.

Em Portugal, 53 Grupos de Ação Local (GAL) de norte a sul do país e ilhas, no âmbito da Abordagem LEADER do PRODER, PRORURAL e PRODERAM, são responsáveis pela aprovação já de mais

de 1.400 projetos LEADER, num total de investimento superior a 180 milhões de euros e 2000 novos postos de trabalho.

São resultados “notáveis”, segundo a gestora do PRODER, Gabriela Ventura, – “tratando-se de pouco mais de um ano e meio de trabalho” – que permitem uma boa reflexão em torno da Abordagem LEADER. No atual quadro de crescente complexidade (com mais regras e procedimentos), os GAL deverão ser capazes – na sua opinião – de dar o salto qualitativo, sem perda da sua capacidade, agilidade e criatividade.

Trata-se de um desafio partilhado, comum a quaisquer outras entidades gestoras de fundos comunitários, como também sublinhou Pedro Brosei, da Comissão Europeia – DG AGRI, e Manuela

Azevedo e Silva, Diretora-adjunta do Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP), MADRP.

Num ponto de situação do LEADER, nos 24 Estados-Membros, Pedro Brosei evidenciou o investimento de cada um dos países no LEADER, chamando a atenção para os aspetos a melhorar no futuro *design* do LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural, tendo em conta também os vários modelos de execução LEADER na União Europeia (UE).

Para Pedro Brosei, o LEADER – com base nas características específicas desta abordagem –, continuará a ser uma importante ferramenta da política de desenvolvimento rural pós-2013. Contudo, os mecanismos de implementação do LEADER deverão ser melhorados, a fim de melhor

atender o esperado valor acrescentado desta abordagem, sobretudo ao nível da inovação e da governança local.

Também Manuela Azevedo e Silva não tem dúvidas quanto ao papel que a Abordagem LEADER continuará a ter no futuro. Os territórios rurais (90 por cento da área total do país) devem ser vistos como espaços de oportunidades e “é nesta perspetiva que temos de pensar a intervenção das políticas públicas”. Em termos de futuro e da operacionalização do LEADER “é necessário procurar o equilíbrio adequado entre maior flexibilidade, simplificação e abrangência na intervenção e uma maior responsabilidade pelos resultados e pelos princípios da boa gestão financeira, pela demonstração do valor acrescentado do LEADER”.

Para o novo período de programação, importa incorporar os ensinamentos do LEADER ao longo destas duas décadas. O insuficiente aproveitamento da experiência passada foi, aliás, um dos aspetos apontados por António Oliveira das Neves.

Para este especialista em matéria de avaliação, “a valorização das aprendizagens e da capacidade de animação do território foi posta em causa”. Com a eliminação da lógica de subvenção gerida com autonomia “temos um novo papel para os GAL”. Na sua opinião, a retoma da Abordagem LEADER passa por duas

alternativas: negociar subvenções globais de base regional, que consagrem o financiamento do desenvolvimento rural enquanto instrumento integrador; ou (numa perspetiva que alguns GAL têm conseguido recriar) construir ferramentas de planeamento estratégico dos territórios sob a forma de Estratégias de Eficiência Coletiva e que se ajustem aos quadros regulamentares dos instrumentos de financiamento.

Foram estas duas ideias para uma missão – manter e reforçar a organização e a rede de competências dos meios rurais, reforçar as parcerias e garantir a coerência estratégica das intervenções em prol do desenvolvimento rural, que “saltaram” para a plateia, num animado debate.

A fechar os trabalhos, Manuela Azevedo e Silva, sublinhou uma vez mais que o que está em causa não é um regresso ao passado mas tirar partido do capital de experiência dos GAL – acumulado através dos ensinamentos do LEADER mas também de outras iniciativas e programas – e que não pode ser, de forma alguma, desperdiçado. Ainda assim, importa visitar as características “originais” do LEADER, de forma a atualizá-las, pois só assim será possível crescer”. Importa “começar a definir desde já as funções e as competências que queremos para os GAL, pois nem umas nem outras são elásticas”.

TRÊS PROJETOS COM DUAS DÉCADAS APOIADOS PELO PROGRAMA LEADER



Quinta do Freixo

“O LEADER permitiu adquirir novas estruturas e um desenvolvimento do negócio”
Conceição Cabral e Silva,
Quinta do Freixo

Na Quinta do Freixo, a produção de doces e compotas surgiu como forma de aproveitar frutos que, de outro modo, acabariam por se estragar, pois a sua sensibilidade, do figo, por exemplo, dificultava a sua comercialização.

Durante vários anos não houve uma aposta muito significativa nesta área, mas em 1992 a In Loco organizou a primeira edição da Feira da Serra, tendo convidado a Quinta do Freixo a apresentar os seus produtos. A presença na Feira, em que participou por solidariedade, permitiu então perceber que os seus doces e compotas tinham potencial para se tornarem num negócio.

Iniciou-se então o seu processo de desenvolvimento, estruturado numa candidatura ao LEADER I. Esta candidatura, juntamente com uma posterior ao LEADER II, permitiu a transformação de um pequeno espaço e a qualificação do equipamento necessário para aumentar a produção e diversificar os produtos, que com o sucesso notório nas feiras regionais se tornaram conhecidos no mercado.

O passo seguinte foi a exportação, que surgiu naturalmente com o conhecimento adquirido no mercado regional, e o *know-how* de pasteurização e conservação da fruta na quinta. A Quinta do Freixo distribui os seus produtos em lojas de produtos regionais de qualidade, lojas Gourmet e *Delicatessen*, tendo como estratégia não distribuir para as grandes superfícies.

Localização	Loulé
Data da candidatura	1992/93
Investimento total	10.000 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	4



Arte da Terra

“O LEADER no nosso caso particular ajudou a progredir, a evoluir”
Maria Carvalho, Arte da Terra

Maria Carvalho e Pedro Teixeira são um casal de artesãos que desenvolveram um projeto coletivo, apelidado Arte da Terra. No seu ateliê, procuram transformar o barro e outros materiais da natureza em peças de escultura decorativas.

Com o apoio do LEADER, a que se candidataram já há 18 anos, foi possível adquirir novos equipamentos, de forma a criar melhores condições de trabalho para este ofício. A aquisição de uma casa antiga permitiu recuperar a oficina e dotá-la de mais um forno, criando as condições técnicas para o casal desenvolver a sua atividade.

Apesar das dificuldades atualmente sentidas, para as quais concorrem a crise económica e o carácter sazonal das vendas, os dois promotores continuam a apostar na Arte da Terra. O desafio passa agora em larga medida pelo mercado externo, pelo que no próximo Natal os promotores rumarão a Itália, procurando aí implantar as coleções que criam.



Localização	Montalegre
Data da candidatura	1993/94
Investimento total	7.500 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	2



Artefumo

“O LEADER foi fundamental no desenvolvimento da ideia do próprio projeto”
Antónia Gonçalves, Artefumo

A Artefumo foi criada por Antónia Gonçalves, há 20 anos, inicialmente apenas para produzir alheiras de porco, resgatando as memórias e o saber-fazer da casa da sua avó materna, em Valpaços.

Foi com o apoio da ADRAT (Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega) e do IFP (Instituto de Formação Profissional) que a promotora iniciou esta a sua atividade empresarial.

Em 1993/94 apresentou uma candidatura ao LEADER, destinada a aumentar a produção e criando, assim, mais postos de trabalho. Esse apoio permitiu não só aumentar o volume produzido como também diversificar a produção, passando a produzir outros tipos de alheiras.

Atualmente, produz 15 variedades de alheiras, desde as de caça, que representam 80% da produção, até às variedades mais invulgares, como avestruz, caril, mel e noz, e também outros enchidos, como linguíça e salpicão, que vende sobretudo para hipermercados.

Para Antónia Gonçalves, o papel da ADL foi fundamental na sua decisão de deixar o seu anterior emprego como funcionária pública e criar o seu próprio negócio, pois através desta soube que o LEADER iria apoiar iniciativas como a sua. Avançou logo para o projeto e, mais tarde, recebeu um apoio que permitiu expandir a atividade da empresa, que atualmente emprega 9 pessoas.

Localização	Chaves
Data da candidatura	1993/94
Investimento total	75.000 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	6